



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Pro-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
 Comissão de Residência Multiprofissional
Programas de Residência em Medicina Veterinária
 Instituto de Veterinária / Hospital Veterinário
 Br.465, Km7, 23890-000, Seropédica-RJ
residenciavet.ufrrj@ufrrj.br



PROVAS TEÓRICAS – SELEÇÃO EM RESIDENCIA EM MEDICINA VETERINÁRIA – UFRRJ – 2018-2024

Prova Teórica - Seleção 2024 - Residência em Medicina Veterinária- UFRRJ

VIGILÂNCIA E ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

Questão 01. A Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências. Para a imposição da pena e a sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta as circunstâncias agravantes. Marque a alternativa que NÃO corresponde a uma circunstância agravante.

- (A) Ser o infrator reincidente.
- (B) A errada compreensão da norma sanitária, admitida como escusável, quanto patente à incapacidade do agente para atender o caráter ilícito do fato.**
- (C) O infrator coagir outrem para a execução material da infração.
- (D) Ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual fraude ou má fé.
- (E) Ter a infração consequências calamitosas à saúde pública.

Questão 02. Segundo a lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, os produtos apreendidos pela autoridade sanitária poderão ter os seguintes destinos, EXCETO:

- (A) apreensão de produto.
- (B) inutilização de produto.
- (C) ser posto a leilão revertendo a renda aos órgãos públicos de assistência social.**
- (D) cancelamento de registro de produto.
- (E) suspensão de vendas e/ou fabricação de produto.

Questão 03. Segundo a RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, é INCORRETO afirmar que:

- (A) As caixas de gordura devem ser periodicamente limpas. O descarte dos resíduos deve atender ao disposto em legislação específica.
- (B) As operações de limpeza e, se for o caso, de desinfecção das instalações e equipamentos, quando não forem realizadas rotineiramente, devem ser registradas.
- (C) Os produtos saneantes utilizados devem estar regularizados pelo Ministério da Saúde e devem ser identificados e guardados em local reservado para essa finalidade.
- (D) A área de preparação do alimento deve ser higienizada duas vezes ao dia e imediatamente após o término do trabalho.**
- (E) Os funcionários responsáveis pela atividade de higienização das instalações sanitárias devem utilizar uniformes apropriados e diferenciados daqueles utilizados na manipulação de alimentos.

Questão 04. Segundo a Resolução RDC Nº222, de 28 de março de 2018, todo serviço gerador deve dispor de um Plano de Gerenciamento de RSS (PGRSS), observando as regulamentações federais, estaduais, municipais ou do Distrito Federal. Em relação ao PGRSS, analise as afirmações abaixo e marque a alternativa que NÃO corresponde ao dever do gerador de RSS.

- (A) Descrever os procedimentos relacionados ao gerenciamento dos RSS quanto à geração, à segregação, ao acondicionamento, à identificação, à coleta, ao armazenamento, ao transporte, ao tratamento e à disposição final ambientalmente adequada.
- (B) Descrever as ações a serem adotadas em situações de emergência e acidentes decorrentes do gerenciamento dos RSS.
- (C) Estar em conformidade com as ações de proteção à saúde pública, do trabalhador e do meio ambiente.
- (D) Contemplar os procedimentos locais definidos pelo processo de logística reversa para todos os RSS.**
- (E) Descrever as medidas preventivas e corretivas de controle integrado de vetores e pragas urbanas, incluindo a tecnologia utilizada e a periodicidade de sua implantação.

Questão 05. Considerando a NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde, no que se refere aos resíduos, analise as alternativas abaixo e marque a INCORRETA.

- (A) Cabe ao empregador capacitar, inicialmente e de forma continuada, os trabalhadores quanto a segregação, acondicionamento e transporte dos resíduos.
- (B) A segregação dos resíduos deve ser realizada no local onde são gerados, devendo ser observado que os recipientes estejam localizados próximos da fonte geradora.
- (C) Os recipientes existentes nas salas de cirurgia e de parto não necessitam de tampa para vedação.
- (D) O recipiente para acondicionamento dos perfurocortantes deve ser mantido em suporte exclusivo e em altura que permita a visualização da abertura para descarte.
- (E) Quando necessário, os serviços de saúde deve existir local apropriado para o armazenamento externo dos resíduos, até que sejam recolhidos pelo sistema de coleta externa.

Questão 06. Considerando a Resolução RDC Nº 611, de 9 de março de 2022 estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionistas, a qual aborda as medidas de prevenção em proteção radiológica, marque a alternativa INCORRETA.

- (A) As medidas de prevenção em proteção radiológica devem contemplar a classificação dos ambientes, em áreas livres, supervisionadas ou controladas, segundo as características das atividades desenvolvidas em cada ambiente.
- (B) As salas onde se realizam procedimentos radiológicos diagnósticos ou intervencionistas devem ser dispor apenas dos equipamentos e acessórios indispensáveis à realização dos procedimentos radiológicos.
- (C) Na sala de exames e na(s) porta(s) de acesso deve constar, em lugar visível, quadro com orientações de proteção radiológica, como, "Acompanhante, quando houver necessidade de contenção de paciente, exija e use corretamente vestimenta plumbífera, para sua proteção".
- (D) As medidas de controle em proteção radiológica devem contemplar uso dos equipamentos de proteção individuais e coletivos, quando a acompanhante estiver gestante.
- (E) A cabine ou sala de comando do equipamento deve permitir ao operador, na posição de disparo, eficaz comunicação e observação visual do paciente mediante sistema de observação eletrônico ou visor de tamanho apropriado com, pelo menos, a mesma atenuação da cabine.

Questão 07. A Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, estabelece que é incumbência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública (Art. 8º). São considerados bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência, EXCETO:

- (A) medicamentos de uso humano e veterinário, suas substâncias ativas e demais insumos, processos e tecnologias.
- (B) alimentos, inclusive bebidas, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares, limites de contaminantes orgânicos, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários.
- (C) saneantes destinados à higienização, desinfecção ou desinfestação em ambientes domiciliares, hospitalares e coletivos
- (D) cigarros, cigarrilhas, charutos e qualquer outro produto fumífero, derivado ou não do tabaco.
- (E) quaisquer produtos que envolvam a possibilidade de risco à saúde, obtidos por engenharia genética, por outro procedimento ou ainda submetidos a fontes de radiação.

Questão 08. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), a Análise de Situação de Saúde (Asis) é um processo analítico-sintético que permite caracterizar, medir e explicar o perfil de saúde-doença de uma população, incluindo os danos ou problemas de saúde, assim como seus determinantes, que facilitam a identificação de necessidades e prioridades em saúde, a identificação de intervenções e de programas apropriados e a avaliação de seu impacto. Para que, de fato, a Asis seja mais do que um processo acadêmico e/ou burocrático de produção de conhecimento, ela deve apresentar certos atributos desejáveis. Assinale a alternativa abaixo que NÃO corresponde a esses atributos.

- (A) Processos contínuos.
- (B) Exclusivamente institucionalizados.
- (C) Oportunos (em tempo-espaço-população-contexto).
- (D) Preferencialmente participativo.
- (E) Favorável razão de custo-efetividade para a produção do conhecimento.

Questão 09. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define Sistema de Informação em Saúde (SIS) como um mecanismo de coleta, processamento, análise e transmissão da informação necessária para planejar, organizar, operar e avaliar os serviços de saúde. Analise as alternativas abaixo e assinale aquela que NÃO corresponde a um SIS de abrangência nacional existente no Brasil.

- (A) Sistema de Informações sobre Mortalidade.
- (B) Sistema de Informação de Agravos de Notificação.
- (C) Sistema de Informações sobre Nascidos Mortos.
- (D) Sistema de Informações sobre Internações Hospitalares.
- (E) Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS.

Questão 10. Vigilância Ambiental em Saúde é um conjunto de ações que proporciona o conhecimento e a detecção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco ambientais relacionados às doenças ou outros agravos à saúde. São objetivos da Vigilância Ambiental, EXCETO:

- (A) produzir, integrar, processar e interpretar informações, visando a disponibilizar ao SUS instrumentos para o planejamento e execução de ações relativas às atividades de promoção da saúde e de prevenção e controle de doenças relacionadas ao meio ambiente.
- (B) estabelecer os principais parâmetros, atribuições, procedimentos e ações relacionadas à vigilância ambiental em saúde nas diversas instâncias de competência.
- (C) identificar os riscos e divulgar as informações referentes aos fatores ambientais condicionantes e determinantes das doenças e outros agravos à saúde.
- (D) promover, junto aos órgãos afins ações de proteção da saúde animal relacionadas ao controle e recuperação do meio ambiente.**
- (E) conhecer e estimular a interação entre saúde, meio ambiente e desenvolvimento, visando ao fortalecimento da participação da população na promoção da saúde e qualidade de vida.

Questão 11. A Vigilância Ambiental em Saúde tem como universo de atuação todos os fatores ambientais de riscos que interferem na saúde humana; as inter-relações entre o homem e o ambiente e vice-versa. Considerando os fatores ambientais, assinale a alternativa que NÃO corresponde aos fatores ambientais de risco não biológicos.

- (A) Contaminantes ambientais.
- (B) Qualidade do ar.
- (C) Animais peçonhentos.**
- (D) Qualidade do solo.
- (E) Qualidade da água de consumo humano.

Questão 12. A partir da suspeição e da notificação de caso ou surto de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA), desencadeiam-se as atividades da investigação epidemiológica com ações coordenadas e sistematizadas de resposta multidisciplinar ao evento. Na investigação epidemiológica, é importante que a equipe responsável considere algumas atividades necessárias e que, apesar de estarem dispostas didaticamente em etapas, podem ocorrer simultaneamente ou mais de uma vez ao longo de todo o processo. São etapas da investigação de casos e surto de DTHA, EXCETO:

- (A) Detecção e confirmação da existência de surto.
- (B) Definições de caso.
- (C) Realização de busca passiva.**
- (D) Coleta de dados e de amostras.
- (E) Medidas de prevenção e controle.

Questão 13. Segundo a Lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, não serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde, para fins de apuração dos percentuais mínimos de que trata esta Lei Complementar as citadas abaixo, EXCETO:

- (A) saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos.**
- (B) pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde.
- (C) pessoal ativo da área de saúde quando em atividade alheia à referida área.
- (D) assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal.
- (E) limpeza urbana e remoção de resíduos.

Questão 14. O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas:

- (A) Fundo Nacional de Saúde e Conselho Nacional de Saúde
- (B) Resolução da Diretoria Colegiada e Fundo Nacional de Saúde
- (C) Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde e Conselho Nacional de Secretários de Saúde
- (D) Conferência de Saúde e Conselho de Saúde**
- (E) Resolução da Diretoria Colegiada e Conselho de Saúde

Questão 15. De acordo com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde) compete à direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS), EXCETO:

- (A) executar serviços de vigilância epidemiológica, de vigilância sanitária, de alimentação e nutrição, de saneamento básico, de saúde do trabalhador e saúde bucal
- (B) definir e coordenar os sistemas de redes integradas de assistência de alta complexidade**
- (C) planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde
- (D) participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com sua direção estadual
- (E) participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho

Questão 16. Em relação às ações e serviços de saúde voltados para o atendimento das populações indígenas, em todo o território nacional, coletiva ou individualmente, analise as alternativas abaixo e assinale a INCORRETA.

- (A) O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser, como o Sistema Único de Saúde (SUS), descentralizado, hierarquizado e regionalizado
- (B) As populações indígenas devem ter acesso garantido ao SUS, em âmbito local, regional e de centros especializados, de acordo com suas necessidades, compreendendo a atenção primária, secundária e terciária à saúde
- (C) A rede do SUS deverá obrigatoriamente fazer o registro e a notificação da declaração de raça ou cor, garantindo a identificação de todos os indígenas atendidos nos sistemas públicos de saúde
- (D) Os Estados, Municípios, outras instituições governamentais e não-governamentais poderão atuar complementarmente no custeio e execução das ações
- (E) A realidade local, as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena não devem ser levados em consideração para execução dessas ações e serviços

Questão 17. De acordo com a Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, são responsabilidades comuns a todas as esferas de governo, EXCETO:

- (A) planejar, apoiar, monitorar e avaliar as ações da Atenção Básica nos territórios
- (B) limitar a participação popular e o controle social
- (C) estabelecer mecanismos regulares de auto avaliação para as equipes que atuam na Atenção Básica, a fim de fomentar as práticas de monitoramento, avaliação e planejamento em saúde
- (D) apoiar e estimular a adoção da Estratégia Saúde da Família como estratégia prioritária de expansão, consolidação e qualificação da Atenção Básica
- (E) assegurar ao usuário o acesso universal, equânime e ordenado às ações e serviços de saúde do SUS, além de outras atribuições que venham a ser pactuadas pelas Comissões Intergestores

Questão 18. Sobre a Atenção Básica, e de acordo com a Portaria nº. 2436, de 21 de setembro de 2017, analise as alternativas e marque a INCORRETA:

- (A) A Política Nacional de Atenção Básica tem na Saúde da Família sua estratégia prioritária para expansão e consolidação da Atenção Básica.
- (B) A Atenção Básica será ofertada integralmente e gratuitamente a todas as pessoas, de acordo com suas necessidades e demandas do território, sem considerar os determinantes e condicionantes de saúde.
- (C) Todos os estabelecimentos de saúde que prestem ações e serviços de Atenção Básica, no âmbito do SUS, serão denominados Unidade Básica de Saúde - UBS.
- (D) A integração entre a Vigilância em Saúde e Atenção Básica é condição essencial para o alcance de resultados que atendam às necessidades de saúde da população, na ótica da integralidade da atenção à saúde e visa estabelecer processos de trabalho que considerem os determinantes, os riscos e danos à saúde, na perspectiva da intra e intersetorialidade.
- (E) Todas as UBS são consideradas potenciais espaços de educação, formação de recursos humanos, pesquisa, ensino em serviço, inovação e avaliação tecnológica para a Rede de Atenção à Saúde

Questão 19. O conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária, é denominado:

- (A) Vigilância em Saúde
- (B) Sistema Único de Saúde
- (C) Atenção Básica
- (D) Sistema de Cuidado Integrado
- (E) Saúde Coletiva

Questão 20. A continuidade da relação de cuidado, com construção de vínculo e responsabilização entre profissionais e usuários ao longo do tempo e de modo permanente e consistente, acompanhando os efeitos das intervenções em saúde e de outros elementos na vida das pessoas, evitando a perda de referências e diminuindo os riscos de iatrogenia que são decorrentes do desconhecimento das histórias de vida e da falta de coordenação do cuidado é denominada:

- (A) Longitudinalidade do cuidado
- (B) Resolutividade
- (C) Atenção à Saúde
- (D) Rede de Atenção à Saúde
- (E) Atenção e Cuidado

Questão 21. Dentre as Diretrizes da Atenção Básica, a que permite o planejamento, a programação descentralizada e o desenvolvimento de ações setoriais e intersetoriais com foco em um território específico, com impacto na situação, nos condicionantes e determinantes da saúde das pessoas e coletividades que constituem aquele espaço, é denominada:

- (A) Hierarquização
- (B) Regionalização
- (C) População Adscrita
- (D) Territorialização**
- (E) Resolutividade

Questão 22. De acordo com a Portaria nº. 2436, de 21 de setembro de 2017, são consideradas equipes de Atenção Básica para Populações Específicas, EXCETO:

- (A) Equipe de Saúde da Família Ribeirinha
- (B) Equipe de Consultório na Rua
- (C) Equipe de Atenção Básica Prisional
- (D) Núcleos Ampliados à Saúde da Família e equipes de Atenção Básica**
- (E) Equipes de Saúde da Família Fluviais

Questão 23. De acordo com a Portaria GM/MS Nº 635, DE 22 DE MAIO DE 2023 as equipes compostas por profissionais de saúde de diferentes áreas de conhecimento que atuam de maneira complementar e integrada às demais equipes da Atenção Primária à Saúde, com atuação corresponsável pela população e pelo território, em articulação intersetorial e com a Rede de Atenção à Saúde são denominadas:

- (A) Equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde**
- (B) Equipes Interprofissionais na Atenção Primária à Saúde
- (C) Equipes do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica
- (D) Equipes Especiais de Atenção Primária à Saúde
- (E) Equipe de Saúde da Família

Questão 24. De acordo com a Portaria nº 782, de 15 de março de 2017, que define a relação das epizootias de notificação compulsória e suas diretrizes para notificação em todo o território nacional, NÃO é correto afirmar que:

- (A) A comunicação de doença, agravo ou evento de saúde pública de notificação compulsória à autoridade de saúde competente será realizada por profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde, além de estabelecimentos públicos ou privados educacionais, unidades laboratoriais e instituições de pesquisa.
- (B) A comunicação de doença, agravo ou evento de saúde pública de notificação compulsória pode ser realizada à autoridade de saúde por qualquer cidadão que deles tenha conhecimento ou por estabelecimentos públicos ou privados relacionados ao manejo de animais.
- (C) As autoridades de saúde garantirão a divulgação atualizada dos dados públicos da notificação compulsória para profissionais de saúde, órgãos de controle social e população em geral.
- (D) A Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS), as Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios divulgarão, em endereço eletrônico oficial, o número de telefone, fax, endereço de e-mail institucional ou formulário para notificação compulsória.
- (E) As Secretarias de Saúde Municipais publicarão normas complementares relativas aos fluxos, prazos, instrumentos, definições de casos suspeitos e confirmados, funcionamento dos sistemas de informação em saúde e demais orientações técnicas para o cumprimento e operacionalização desta Portaria.**

QUESTÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

Questão 25. O órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, e que atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo é denominado:

- (A) Conferência de Saúde
- (B) Conselho de Saúde**
- (C) Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde
- (D) Conselho Nacional de Secretários de Saúde
- (E) Fundo Nacional de Saúde

Questão 26. Ao conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos, denomina-se:

- (A) Vigilância Sanitária
- (B) Vigilância Ambiental
- (C) Vigilância em Saúde
- (D) Vigilância Epidemiológica**
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores

Questão 27. São Diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Rede de Atenção à Saúde a serem operacionalizados na Atenção Básica, EXCETO:

- (A) Regionalização e Hierarquização
- (B) Territorialização
- (C) População Adscrita
- (D) Cuidado centrado na pessoa
- (E) Universalidade

Questão 28. Com base na Portaria Nº 782, de 15 de março de 2017, que define a relação das epizootias de notificação compulsória e suas diretrizes para notificação em todo o território nacional, são consideradas doenças de notificação compulsória imediata, com base na vigilância animal, EXCETO:

- (A) Febre Amarela
- (B) Raiva
- (C) Peste
- (D) Morte de aves silvestres
- (E) Influenza

Questão 29. A Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017 define as ações e os serviços de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. São considerados animais de relevância para a saúde pública, EXCETO:

- (A) vetor, hospedeiro, reservatório, portador, amplificador ou suspeito para alguma zoonose de relevância para a saúde pública, quanto à transmissão de agente etiológico para humanos.
- (B) suscetível para alguma zoonose de relevância para a saúde pública, quando em situações de risco quanto à transmissão de agente etiológico para humanos.
- (C) venenoso ou peçonhento de relevância para a saúde pública.
- (D) causador de agravo que represente risco de transmissão de doença para a população humana.
- (E) Todo animal que co-habita o mesmo ambiente que o ser humano.

Questão 30. Com base na Resolução RDC Nº222, de 28 de março de 2018, a qual regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências, analise as afirmações abaixo e marque a alternativa INCORRETA.

- (A) Os RSS do Grupo A precisam ser obrigatoriamente tratados e após o tratamento são considerados rejeitos e devem ser acondicionados em saco branco leitoso.
- (B) Os RSS devem ser segregados no momento de sua geração, conforme classificação por Grupos, em função do risco presente.
- (C) Os sacos para acondicionamento de RSS do grupo A devem ser substituídos ao atingirem o limite de 2/3 (dois terços) de sua capacidade ou então a cada 48 (quarenta e oito) horas, independentemente do volume, visando o conforto ambiental e a segurança dos usuários e profissionais.
- (D) Os RSS do Grupo D devem ser acondicionados de acordo com as orientações dos órgãos locais responsáveis pelo serviço de limpeza urbana.
- (E) Os RSS líquidos devem ser acondicionados em recipientes constituídos de material compatível com o líquido armazenado, resistentes, rígidos e estanques, com tampa que garanta a contenção do RSS e identificação.

Prova Teórica - Seleção 2023.2 - Residência em Medicina Veterinária – UFRRJ

VIGILÂNCIA E ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

Questão 01. Segundo a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, são consideradas circunstâncias atenuantes, EXCETO:

- (A) a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;
- (B) a errada compreensão da norma sanitária, admitida como excusável, quanto patente a incapacidade do agente para atender o caráter ilícito do fato;
- (C) ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual fraude ou má fé;**
- (D) o infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe for imputado;
- (E) ser o infrator primário, e a falta cometida, de natureza leve.

Questão 02. A Resolução-RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. Em relação a preparação do alimento, marque a alternativa INCORRETA.

- (A) Os funcionários que manipulam alimentos crus devem realizar a lavagem e a anti-sepsia das mãos antes de manusear alimentos preparados;
- (B) O tratamento térmico deve garantir que todas as partes do alimento atinjam a temperatura de, no mínimo, 65°C (sessenta e cinco graus Celsius). Temperaturas inferiores podem ser utilizadas no tratamento térmico desde que as combinações de tempo e temperatura sejam suficientes para assegurar a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos;**
- (C) Os alimentos submetidos ao descongelamento devem ser mantidos sob refrigeração se não forem imediatamente utilizados, não devendo ser recongelados;
- (D) O processo de resfriamento de um alimento preparado deve ser realizado de forma a minimizar o risco de contaminação cruzada e a permanência do mesmo em temperaturas que favoreçam a multiplicação microbiana. A temperatura do alimento preparado deve ser reduzida de 60°C (sessenta graus Celsius) a 10°C (dez graus Celsius) em até duas horas;
- (E) Caso o alimento preparado seja armazenado sob refrigeração ou congelamento deve-se apor no invólucro do mesmo, no mínimo, as seguintes informações: designação, data de preparo e prazo de validade.

Questão 03. Segundo a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, são consideradas infrações sanitárias:

- (A) fazer propaganda de produtos sob vigilância sanitária, alimentos e outros, contrariando a legislação sanitária;
- (B) deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes;
- (C) impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e ao sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias;
- (D) rotular alimentos e produtos alimentícios ou bebidas bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes, de correção estética e quaisquer outros contrariando as normas legais e regulamentares;
- (E) todas as alternativas estão corretas.**

Questão 04. Considerando a portaria nº 782, de 15 de março de 2017 define a relação das epizootias de notificação compulsória e suas diretrizes para notificação em todo o território nacional, são consideradas doenças e eventos de saúde pública de notificação compulsória imediata, EXCETO:

- (A) Febre Amarela;
- (B) Raiva;
- (C) Morte ou adoecimento de cães e gatos com sintomatologia neurológica;
- (D) Morte de aves silvestres;
- (E) Esporotricose.**

Questão 05. A Resolução RDC Nº 611, de 9 de março de 2022 estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionistas. Na sala de exames e na(s) porta(s) de acesso deve constar, em lugar visível, quadro com as seguintes orientações de proteção radiológica, EXCETO:

- (A) "Paciente, exija e use corretamente vestimenta plumbífera, para sua proteção durante o procedimento radiológico";
- (B) "Nesta sala pode permanecer, no máximo, 2 (dois) pacientes de cada vez";**
- (C) "Não é permitida a permanência de acompanhantes na sala durante o procedimento radiológico, salvo quando estritamente necessário e autorizado";
- (D) "Acompanhante, quando houver necessidade de contenção de paciente, exija e use corretamente vestimenta plumbífera, para sua proteção";
- (E) "Mulheres grávidas ou com suspeita de gravidez: informem ao médico ou ao técnico antes do exame".

Questão 06. Segundo a resolução RDC Nº 611, de 9 de março de 2022, todo indivíduo ocupacionalmente exposto deve usar dosímetro individual durante sua jornada de trabalho e enquanto permanecer em área controlada. Em relação ao uso do dosímetro individual marque a alternativa CORRETA:

- (A) O dosímetro deve ser utilizado estritamente como estabelecido nas instruções de uso do laboratório de monitoração individual e no Programa de Proteção Radiológica;
- (B) O dosímetro deve ser trocado mensalmente;
- (C) Cada dosímetro será utilizado por um único usuário, exclusivamente no serviço de saúde ou setor para o qual foi adquirido;
- (D) Quando não estiver em uso, o dosímetro individual deve ser mantido junto ao dosímetro padrão em local seguro da área livre, em conformidade com as instruções de uso do fabricante, sob a responsabilidade do responsável legal, ou do profissional formalmente designado por ele;
- (E) Todas as alternativas estão corretas.

Questão 07. O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária compreende o conjunto de ações definido pelo § 1º do art. 6º e pelos arts. 15 a 18 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, executado por instituições da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que exerçam atividades de regulação, normatização, controle e fiscalização na área de vigilância sanitária. Assim, compete à União no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, EXCETO:

- (A) definir a política nacional de vigilância sanitária;
- (B) normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde;
- (C) acompanhar e coordenar as ações estaduais, distrital e municipais de vigilância sanitária;
- (D) exercer a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, uma vez que essa atribuição não pode ser exercida pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;
- (E) prestar cooperação técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

Questão 08. Em relação às atribuições da vigilância em saúde ambiental, analise as alternativas abaixo e marque a CORRETA.

- (A) Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIAGUA);
- (B) Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Substâncias Químicas (VIGIPEQ);
- (C) Vigilância em saúde de populações expostas a poluentes atmosféricos (VIGIAR);
- (D) Vigilância dos fatores de risco relacionados aos desastres naturais e antropogênicos;
- (E) Todas as alternativas estão corretas.

Questão 09. Na vigilância epidemiológica da raiva, os dados epidemiológicos são essenciais tanto para os profissionais de saúde, a fim de que seja tomada a decisão de profilaxia de pós-exposição em tempo oportuno, quanto para os médicos veterinários, que devem adotar medidas de bloqueio de foco e controle animal. Assim, a integração entre assistência médica e as vigilâncias epidemiológica/ambiental são imprescindíveis para o controle dessa zoonose. Nesse contexto, são considerados objetivos da vigilância epidemiológica da raiva, EXCETO:

- (A) Investigar todos os casos suspeitos de raiva humana e animal, assim como determinar sua fonte de infecção;
- (B) Monitorar a raiva animal, com intuito de evitar ocorrência de casos humanos;
- (C) Realizar ações educativas somente quando houver caso suspeito de raiva;
- (D) Determinar as áreas de risco para raiva;
- (E) Realizar e avaliar as campanhas de vacinação antirrábica de caninos e felinos.

Questão 10. A Lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, regulamenta, com base na Constituição Federal, os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde. Assim, NÃO CONSTITUIRÃO despesas com ações e serviços públicos de saúde, para fins de apuração dos percentuais mínimos de que trata esta Lei Complementar, EXCETO:

- (A) saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;
- (B) assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal;
- (C) limpeza urbana e remoção de resíduos;
- (D) saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade;
- (E) obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede de saúde.

Questão 11. A Portaria Nº 399, de 22 de fevereiro de 2006 divulga o Pacto pela Saúde – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. Segundo essa portaria, no que se refere aos princípios gerais do financiamento para o Sistema Único de Saúde, o uso dos recursos federais para o custeio fica restrito a cada bloco, atendendo as especificidades previstas nos mesmos, conforme regulamentação específica. Nesse contexto, os blocos de financiamento para o custeio são:

- (A) Atenção básica e atenção de média e alta complexidade;
- (B) Vigilância em saúde e atenção básica;
- (C) Assistência Farmacêutica e vigilância em saúde;
- (D) Atenção básica e vigilância em saúde;
- (E) Todas as alternativas estão corretas.

Questão 12. Doença de Chagas, causada por *Trypanosoma cruzi* é uma antroponose de elevada prevalência e expressiva morbimortalidade, também conhecida como tripanossomíase americana. Dentre as estratégias voltadas a prevenção e controle dessa doença tem-se a vigilância epidemiológica, com os seguintes objetivos, EXCETO:

- (A) Proceder à investigação epidemiológica oportuna de todos os casos agudos e crônicos, visando identificar a forma de transmissão e, conseqüentemente, adotar medidas adequadas de controle e prevenção;
- (B) Monitorar a infecção por *T. cruzi* na população humana, com programas de rastreamento na atenção primária, inquéritos sorológicos periódicos e estatísticas das testagens de bancos de sangue;
- (C) Monitorar o perfil de morbimortalidade;
- (D) Manter eliminada a transmissão vetorial por *Triatoma infestans* e sob controle as outras espécies importantes na transmissão humana da doença;
- (E) Incorporar ações de vigilância sanitária, ambiental, de vetores e reservatórios de forma integrada com as ações de vigilância epidemiológica.

Questão 13. O Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) é o documento que aponta e descreve todas as ações relativas ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde (RSS), observadas suas características e riscos, contemplando os aspectos referentes à geração, identificação, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, destinação e disposição final ambientalmente adequada, bem como as ações de proteção à saúde pública, do trabalhador e do meio ambiente. Sobre o PGRSS analise as afirmativas abaixo e marque a INCORRETA.

- (A) Todo gerador de RSS deve estimar a quantidade dos RSS gerados por grupos, conforme a classificação em grupos (A, B, C, D e E);
- (B) O serviço gerador de RSS deve manter cópia do PGRSS disponível para consulta dos órgãos de vigilância sanitária ou ambientais, dos funcionários, dos pacientes ou do público em geral;
- (C) Os órgãos de fiscalização são responsáveis pela elaboração, implantação, implementação e monitoramento do PGRSS;
- (D) O gerador de RSS deve descrever as ações a serem adotadas em emergência e acidentes decorrentes do gerenciamento dos RSS;
- (E) O gerador de RSS deve apresentar cópia do contrato de prestação de serviços e da licença ambiental das empresas prestadoras de serviços para a destinação dos RSS.

Questão 14. Conforme orientações do Ministério da Saúde, as medidas de prevenção e controle da leptospirose devem ser direcionadas aos reservatórios; à melhoria das condições de proteção dos trabalhadores expostos; às condições higiênico-sanitárias da população; e às medidas corretivas sobre o meio ambiente, diminuindo sua capacidade de suporte para a instalação e a proliferação de roedores. Sobre as medidas relativas às fontes de infecção, marque a alternativa INCORRETA.

- (A) Controle da população de roedores: ações programadas de controle de roedores, com ciclos periódicos de desratização nas áreas de maior risco para contrair a doença; e intensificação das ações de educação em saúde nessas áreas, com ênfase nas medidas de antirratização.
- (B) Realizar a desratização, periodicamente, em bocas de lobo localizadas no entorno das áreas de transmissão de leptospirose;
- (C) Segregação e tratamento de animais de companhia acometidos pela doença. Essa medida não se aplica aos animais de produção, pois esses são de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- (D) Armazenamento apropriado dos alimentos pelos proprietários de imóveis residenciais, comerciais ou rurais, em locais inacessíveis aos roedores;
- (E) Manutenção de terrenos, públicos ou privados, murados, limpos e livres de mato e entulhos, evitando condições propícias à instalação e à proliferação de roedores.

Questão 15. De acordo com a Política Nacional de Atenção Básica, em sua Portaria nº. 2436, de 21 de setembro de 2017, que estabelece a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), é correto afirmar que:

- (A) Todos os estabelecimentos de saúde que prestem ações e serviços de Atenção Básica, no âmbito do SUS, de acordo com esta portaria serão denominados Unidade Básica de Saúde - UBS
- (B) Os termos Atenção Básica - AB e Atenção Primária à Saúde - APS, nas atuais concepções, como termos equivalentes, de forma a associar a ambas os princípios e as diretrizes definidas neste documento.
- (C) A PNAB tem na Saúde da Família sua estratégia prioritária para expansão e consolidação da Atenção Básica.
- (D) A Atenção Básica é a principal porta de entrada e centro de comunicação da RAS, coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 16. De acordo com a Portaria nº. 2436, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, para o funcionamento da atenção básica os tipos de equipes que compõem os recursos humanos das UBS são:

- (A) Equipe de Saúde da Família
- (B) Equipe de Saúde Bucal
- (C) Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica
- (D) Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde
- (E) Todas as alternativas estão corretas

Questão 17. São algumas das competências da direção municipal do Sistema de Saúde (SUS), EXCETO:

- (A) executar serviços de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, de alimentação e nutrição;
- (B) executar serviços de saneamento básico e de saúde do trabalhador;
- (C) dar execução, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde;
- (D) coordenar a rede estadual de laboratórios de saúde pública e hemocentros, e gerir as unidades que permaneçam em sua organização administrativa;**
- (E) planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde

Questão 18. De acordo com a classificação dos resíduos de serviços de saúde, são exemplos de materiais classificados como resíduos do grupo E, EXCETO:

- (A) lâminas de barbear
- (B) agulhas
- (C) produtos farmacêuticos**
- (D) escalpes
- (E) ampolas de vidro

Questão 19. De acordo com a Resolução SES n.º2485 de 18 de outubro de 2021, que dispõe sobre a relação de doenças e agravos de notificação compulsória e vigilância sentinela no Estado do Rio de Janeiro, os casos suspeitos ou confirmados de micoses sistêmicas, esporotricose humana e animal, paracoccidiodomicose, criptococose e histoplasmose, deverão ser notificados da seguinte forma, EXCETO:

- (A) Os casos de esporotricose humana deverão ser investigados e notificados a cada semana no Sinan, através da Ficha Individual de Notificação/Conclusão.
- (B) Os casos de esporotricose animal deverão ser investigados e notificados mensalmente no Sinan através da Ficha de Notificação / Investigação EPIZOOTIA.**
- (C) Os casos suspeitos de Paracoccidiodomicose causada pelo fungo *Paracoccidiodoides* sp. (destaque para *P. brasiliensis* e *P. lutzii*) deverão ser notificados semanalmente e registrados no Sinan através da Ficha Individual de Notificação/Conclusão.
- (D) Os casos suspeitos de Criptococose causada pelo fungo *Cryptococcus neoformans* (comum em imunodeprimidos) ou *Cryptococcus gattii* (comum em imunocompetentes) deverão ser notificados semanalmente e registrados no Sinan, através da Ficha Individual de Notificação/Conclusão.
- (E) Os casos suspeitos de Histoplasmose, infecção fúngica sistêmica causada por *Histoplasma capsulatum*, deverão ser notificados semanalmente e registrados no Sinan, através da Ficha Individual de Notificação/Conclusão.

Questão 20. De acordo com o Guia de Vigilância Epidemiológica, do Ministério da Saúde, são considerados objetivos da Vigilância Epidemiológica da Leishmaniose Visceral, EXCETO:

- (A) Realizar o diagnóstico precoce e o tratamento adequado dos casos humanos e animais**
- (B) Reduzir a letalidade e a morbidade por meio do diagnóstico
- (C) Reduzir o contato do vetor com os hospedeiros suscetíveis •
- (D) Reduzir as fontes de infecção para o vetor
- (E) Promover ações de educação em saúde e mobilização social.

Questão 21. São considerados critérios para classificação de áreas para a vigilância e o controle da Leishmaniose Visceral (LV):

- I- Municípios silenciosos: são aqueles em que não há conhecimento do registro de casos autóctones de LV em seres humanos ou em cães.
- II- Vulnerabilidade: é definida pela possibilidade da introdução ou da circulação de fontes de infecção de *Leishmania infantum*.
- III- Receptividade: é definida pela presença confirmada de *Lutzomyia longipalpis*, ou, na ausência deste, de *Lutzomyia cruzi* ou *Lutzomyia migonei* (*Migonemyia migonei*).
- IV- Municípios em investigação: municípios com casos humanos ou caninos suspeitos aguardando a confirmação do diagnóstico para infecção por *Leishmania infantum*.
- V- Municípios com transmissão: são aqueles em que há registro de caso(s) autóctone(s) de LV humana
- (A) Somente as opções I, IV e V estão corretas.
- (B) Somente as opções I, II, IV e V estão corretas.
- (C) Somente as opções I, II e V estão corretas.
- (D) Somente as opções I, II e III estão corretas.
- (E) As opções I, II, III, IV e V estão corretas.**

Questão 22. De acordo com o Guia de Vigilância Epidemiológica, do Ministério da Saúde, são consideradas medidas de prevenção da Leishmaniose Visceral (LV), dirigidas aos cães, EXCETO:

- (A) Realização de exame sorológico para LV antes da doação de animais
- (B) uso de vacinas em cães como ferramenta de controle no âmbito da saúde pública**
- (C) uso de telas em canis individuais
- (D) uso de telas em canis coletivos
- (E) uso de coleiras impregnadas com deltametrina a 4%

Questão 23. São exemplos de zoonoses monitoradas por programas nacionais de vigilância e controle do Ministério da Saúde:

- (A) Febre maculosa brasileira, peste e esporotricose
- (B) Peste, leptospirose, febre maculosa brasileira, hantavirose e doença de Chagas**
- (C) Toxoplasmose, esporotricose e febre amarela
- (D) Histoplasmose, criptococose e complexo equinococose-hidatidose
- (E) Esporotricose, febre de chikungunya e febre do Nilo Ocidental

Questão 24. São considerados objetivos da Vigilância em Saúde do Trabalhador:

- I-Identificar potenciais casos de doenças e agravos relacionados ao trabalho.
- II-Investigar a relação de doenças e agravos com o trabalho.
- III-Notificar os casos de doenças e agravos relacionados ao trabalho.
- IV-Identificar os riscos à saúde presentes no ambiente de trabalho.
- V-Identificar os grupos ocupacionalmente expostos a maior risco.

- (A) Somente as opções I, II e III estão corretas.
- (B) Somente as opções I, IV e V estão corretas.
- (C) Somente as opções I, II e V estão corretas.
- (D) Somente as opções I, II, III e IV estão corretas.
- (E) As opções I, II, III, IV e V estão corretas.**

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Questão 25. São Diretrizes do SUS e da Rede de Atenção à Saúde (RAS) a serem operacionalizados na Atenção Básica, EXCETO:

- (A) Universalidade**
- (B) Territorialização;
- (C) População Adscrita;
- (D) Cuidado centrado na pessoa;
- (E) Regionalização e Hierarquização.

Questão 26. A execução de ações de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica, de saúde do trabalhador e de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde. A respeito da definição dessas ações estão corretas as assertivas abaixo, EXCETO:

- (A) Entende-se por saúde do trabalhador, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.
- (B) Entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde**
- (C) Entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.
- (D) Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.
- (E) Assistência terapêutica integral se refere à dispensação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde, cuja prescrição esteja em conformidade com as diretrizes terapêuticas definidas em protocolo clínico para a doença ou o agravo à saúde a ser tratado, bem como a oferta de procedimentos terapêuticos, em regime domiciliar, ambulatorial e hospitalar, constantes de tabelas elaboradas pelo gestor federal do SUS, realizados no território nacional por serviço próprio, conveniado ou contratado.

Questão 27. São atribuições comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em seu âmbito administrativo.

- (A) definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e de fiscalização das ações e serviços de saúde;
- (B) administração dos recursos orçamentários e financeiros destinados, em cada ano, à saúde;
- (C) acompanhamento, avaliação e divulgação do nível de saúde da população e das condições ambientais
- (D) realizar pesquisas e estudos na área de saúde;
- (E) todas as opções estão corretas.**

Questão 28. Sobre as instâncias colegiadas do Sistema Único de Saúde é correto afirmar, EXCETO, que:

- (A) A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências de Saúde será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.
- (B) As Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde terão sua organização e normas de funcionamento definidas pelo gestor federal.**
- (C) A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes.
- (D) O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, é composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários.
- (E) O Conselho de Saúde atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

Questão 29. Para fins de notificação compulsória de doenças e agravos ou eventos de saúde os seguintes conceitos são considerados, EXCETO:

- (A) agravo: qualquer dano à integridade física ou mental do indivíduo, provocado por circunstâncias nocivas, tais como acidentes, intoxicações por substâncias químicas, abuso de drogas ou lesões decorrentes de violências interpessoais, como agressões e maus tratos, e lesão autoprovocada;
- (B) autoridades de saúde: o Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, responsáveis pela vigilância em saúde em cada esfera de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS);
- (C) doença: enfermidade ou estado clínico, independente de origem ou fonte, que represente ou possa representar um dano significativo para os seres humanos;
- (D) epizootia: situação que pode constituir potencial ameaça à saúde pública, como a ocorrência de surto ou epidemia, doença ou agravo de causa desconhecida, alteração no padrão clínico epidemiológico das doenças conhecidas, considerando o potencial de disseminação, a magnitude, a gravidade, a severidade, a transcendência e a vulnerabilidade;**
- (E) notificação compulsória: comunicação obrigatória à autoridade de saúde, realizada pelos médicos, profissionais de saúde ou responsáveis pelos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, sobre a ocorrência de suspeita ou confirmação de doença, agravo ou evento de saúde pública podendo ser imediata ou semanal;

Questão 30. No Sistema Único de Saúde, a forma e os mecanismos com os quais a sociedade organizada fiscaliza e controla o poder público em relação às suas ações e gastos financeiros, exercendo assim seu direito de cidadãos em requererem do Estado a definição de prioridades é denominada:

- (A) Conselho Nacional de Saúde
- (B) Comissão Intersetorial de Saúde
- (C) Sociedade civil
- (D) Participação e controle social**
- (E) Organização social

Prova Teórica - Seleção 2023 – 1- Residência em Medicina Veterinária – UFRRJ

VIGILÂNCIA E ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

QUESTÃO 01. Segundo a Lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde as citadas abaixo, EXCETO a:

- (A) vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária;
- (B) manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;
- (C) limpeza urbana e remoção de resíduos;**
- (D) desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS;
- (E) saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos.

QUESTÃO 02. Analise as alternativas abaixo e marque àquela que corresponde às doenças, agravos e eventos de saúde pública, que são de NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA SEMANAL, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional.

- (A) Acidente por animal peçonhento;
- (B) Acidente de trabalho com exposição a material biológico;**
- (C) Febre Amarela;
- (D) Leptospirose;
- (E) Raiva humana.

QUESTÃO 03. Considerando a Portaria do Ministério da Saúde nº 782, de 15 de março de 2017 (define a relação das epizootias de notificação compulsória e suas diretrizes para notificação em todo o território nacional) e a Resolução da Secretaria Estadual de Saúde (RJ) n.º2485 de 18 de outubro de 2021 (Dispõe sobre a relação de doenças e agravos de notificação compulsória e vigilância sentinela), identifique as Doenças de Notificação Compulsória (DNC) e os Eventos de Saúde Pública (ESP). Posteriormente, assinale a alternativa correspondente à sequência correta.

1. Morte de primatas não humanos;
 2. Exposição a contaminantes químicos;
 3. Doença de origem desconhecida;
 4. Esporotricose animal;
 5. Morte de aves silvestres.
- (A) ESP; ESP; DNC; DNC; ESP.
 - (B) ESP; ESP; ESP; DNC; ESP.**
 - (C) ESP; ESP; ESP; DNC; DNC.
 - (D) DNC; ESP; ESP; DNC; DNC.
 - (E) DNC; DNC; ESP; DNC; ESP.

QUESTÃO 04. A Resolução RDC Nº 611, de 9 de março de 2022 estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionistas. Considerando as salas onde se realizam procedimentos radiológicos diagnósticos ou intervencionistas, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) As salas devem ser classificadas como áreas controladas;
- (B) Devem possuir barreiras físicas com blindagem suficiente para garantir a manutenção de níveis de dose tão baixos quanto razoavelmente exequíveis, não ultrapassando os níveis de restrição de dose estabelecidos;
- (C) Devem ter acesso exclusivo aos profissionais necessários à realização do procedimento radiológico, ao paciente submetido ao procedimento e ao acompanhante, quando estritamente necessário;
- (D) Devem dispor de restrição de acesso e possuir sinalização luminosa amarela acionada durante os procedimentos radiológicos, indicando que pode haver exposição à radiação;**
- (E) Na sala de exames e na(s) porta(s) de acesso deve constar, em lugar visível, orientações de proteção radiológica, como "Paciente, exija e use corretamente vestimenta plumbífera, para sua proteção durante o procedimento radiológico".

QUESTÃO 05. A Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, em seu Art. 2º, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as seguintes penalidades, EXCETO:

- (A) advertência;
- (B) multa;
- (C) apreensão de produto;
- (D) inutilização de produto;
- (E) cancelamento temporário de registro de produto.**

QUESTÃO 06. Segundo a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para a imposição da pena e a sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta as circunstâncias atenuantes e agravantes. Analise as situações apresentadas abaixo, identifique as circunstâncias atenuantes (AT) e as circunstâncias agravantes (AG), e marque a alternativa correspondente à sequência correta.

1. Ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento; ()
2. Infrator coagir outrem para a execução material da infração; ()
3. A errada compreensão da norma sanitária, admitida como excusável, quanto patente a incapacidade do agente para atender o caráter ilícito do fato; ()
4. Ter a infração consequências calamitosas à saúde pública; ()
5. Ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual fraude ou má fé. ()

- (A) AG; AG; AT; AG; AG
 (B) AG; AG; AG; AG; AG
 (C) AT; AG; AG; AG; AT
 (D) AT; AG; AT; AG; AG
 (E) AT; AT; AG; AG; AT

QUESTÃO 07. Com base na Resolução do CFMV, nº 1138, de 16 de dezembro de 2016, que aprova o Código de Ética do Médico Veterinário, analise as alternativas abaixo e marque a INCORRETA.

- (A) É um princípio fundamental empenhar-se para melhorar as condições de bem-estar, saúde animal, humana, ambiental, e os padrões de serviços médicos veterinários.
- (B) É dever do médico veterinário realizar a eutanásia nos casos devidamente justificados, observando princípios básicos de saúde pública, legislação de proteção aos animais e normas do CFMV;
- (C) O médico veterinário será responsabilizado pelos atos que, no exercício da profissão, praticar com dolo ou culpa, respondendo civil e penalmente quando deixar de esclarecer ao cliente sobre as consequências socioeconômicas, ambientais e de saúde pública, provenientes das enfermidades de seus pacientes;
- (D) Tomando por objetivo a preservação do sigilo profissional, o médico veterinário não poderá prestar a empresas ou seguradoras, qualquer informação técnica sobre paciente ou cliente sem expressa autorização do responsável legal, exceto nos casos de ato praticado com dolo ou má fé por uma das partes ou quando houver risco à saúde pública, ao meio ambiente ou por força judicial;
- (E) Tomando por objetivo a preservação do sigilo profissional, o médico veterinário poderá revelar fatos que prejudiquem pessoas ou entidades sempre que o conhecimento advinha do exercício de sua profissão, ressalvados os atos de crueldade e os interessam ao bem comum, à saúde pública, ao meio ambiente ou que decorram de determinação judicial.

QUESTÃO 08. Segundo a RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, é INCORRETO afirmar que:

- (A) Os manipuladores não devem fumar, falar desnecessariamente, cantar, assobiar, espirrar, cuspir, tossir, comer, manipular dinheiro ou praticar outros atos que possam contaminar o alimento, durante o desempenho das atividades;
- (B) O tratamento térmico deve garantir que todas as partes do alimento atinjam a temperatura de, no mínimo, 60°C (sessenta graus Celsius). Temperaturas inferiores podem ser utilizadas no tratamento térmico desde que as combinações de tempo e temperatura sejam suficientes para assegurar a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos;
- (C) Os manipuladores de alimentos devem ser supervisionados e capacitados periodicamente em higiene pessoal, em manipulação higiênica dos alimentos e em doenças transmitidas por alimentos. A capacitação deve ser comprovada mediante documentação;
- (D) Durante a preparação dos alimentos, devem ser adotadas medidas a fim de minimizar o risco de contaminação cruzada. Deve-se evitar o contato direto ou indireto entre alimentos crus, semi-preparados e prontos para o consumo;
- (E) O descongelamento deve ser efetuado em condições de refrigeração à temperatura inferior a 5°C (cinco graus Celsius) ou em forno de microondas quando o alimento for submetido imediatamente à cocção.

QUESTÃO 09. A Vigilância em Saúde Ambiental é definida como o conjunto de ações e serviços que propiciam o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de recomendar e adotar medidas de promoção à saúde, prevenção e monitoramento dos fatores de riscos relacionados às doenças ou agravos à saúde. Dentre as atribuições da Vigilância em Saúde Ambiental há a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Substâncias Químicas (VIGIPEQ). Como forma de viabilizar a implantação dessa vigilância nos territórios, compostos químicos foram priorizados pela esfera federal. Marque a alternativa que NÃO corresponde aos compostos químicos prioritários.

- (A) Agrotóxicos;
 (B) Amianto (asbesto);
 (C) Cádmio;
 (D) Chumbo;
 (E) Mercúrio.

QUESTÃO 10. A Vigilância em Saúde do Trabalhador contempla dois grandes eixos de ações: a vigilância epidemiológica das doenças e agravos relacionados ao trabalho; e a vigilância dos ambientes e processos de trabalho, com vistas a intervir nos fatores de risco ocupacionais e eliminar ou controlar doenças e agravos relacionados ao trabalho. Para operacionalizar esses dois eixos, a Vigilância em Saúde do Trabalhador tem por atribuições, EXCETO:

- (A) Realizar a vigilância das doenças e dos agravos à saúde dos trabalhadores, compreendendo a notificação, a busca passiva, a investigação, a confirmação da relação com o trabalho e o encerramento dos casos;
- (B) Realizar análise e monitoramento da morbimortalidade dos trabalhadores e dos fatores de risco associados às doenças e aos agravos relacionados ao trabalho, de acordo com as normas vigentes;
- (C) Realizar a vigilância de ambientes e processos de trabalho, por meio da inspeção sanitária em saúde do trabalhador, para identificar e mapear os fatores de risco e perigos, de forma a eliminá-los ou, na impossibilidade disso, atenuá-los e controlá-los;
- (D) Propor, a partir da análise de situação de saúde no território, políticas públicas e estratégias de promoção à saúde do trabalhador;
- (E) Avaliar o cumprimento de normas e recomendações vigentes.

QUESTÃO 11. Segundo a Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006, marque a alternativa que NÃO corresponde às prioridades do Pacto pela Vida e seus objetivos.

- (A) Implantar a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, buscando a atenção integral;
- (B) Fortalecer a capacidade de resposta do sistema de saúde às doenças emergentes e endemias;
- (C) Reduzir a mortalidade materna, infantil neonatal, infantil por doença diarreica e por pneumonias;
- (D) Elaborar e implantar a Política Nacional de Promoção da Saúde, com ênfase na adoção de hábitos saudáveis por parte da população brasileira, de forma a internalizar a responsabilidade individual da prática de atividade física regular, alimentação saudável e combate ao tabagismo;
- (E) Consolidar e qualificar a Vigilância em Saúde como modelo de atenção básica à saúde e como centro ordenador das redes de atenção à saúde do SUS.

QUESTÃO 12. A Resolução - RDC Nº 222, de 28 de março de 2018, que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) e dá outras providências define como geradores de RSS todos os serviços cujas atividades estejam relacionadas com a atenção à saúde humana ou animal, incluindo:

- I. serviços de assistência domiciliar e unidades móveis de atendimento à saúde.
 - II. drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde.
 - III. centros de controle de zoonoses.
 - IV. serviços de piercing e tatuagem; fontes radioativas seladas.
 - V. necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação).
- (A) Somente as assertivas I, II, III e IV estão corretas
 - (B) Somente as assertivas II e III estão corretas
 - (C) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas
 - (D) Somente as assertivas I, II, III e V estão corretas.
 - (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 13. De acordo com a Resolução - RDC Nº 222, de 28 de março de 2018, que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) e dá outras providências, os materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; ponteiras de micropipetas; lâminas e laminulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares são classificados como pertencentes ao:

- (A) grupo A
- (B) grupo B
- (C) grupo C
- (D) grupo D
- (E) grupo E

QUESTÃO 14. Ainda de acordo com a Resolução - RDC Nº 222, de 28 de março de 2018, que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) e dá outras providências, a identificação dos grupos dos RSS é realizada da seguinte maneira:

- (A) O grupo A é representado pelo símbolo internacional de presença de radiação ionizante (trifólio de cor magenta ou púrpura) em rótulo de fundo amarelo, acrescido da expressão MATERIAL RADIOATIVO, REJEITO RADIOATIVO ou RADIOATIVO.
- (B) O grupo B é identificado pelo símbolo de risco biológico, com rótulo de fundo branco, desenho e contorno preto, acrescido da inscrição de RESÍDUO PERFUROCORTANTE ou PERFUROCORTANTE.
- (C) O grupo C é identificado, no mínimo, pelo símbolo de risco biológico, com rótulo de fundo branco, desenho e contornos pretos, acrescido da expressão RESÍDUO INFECTANTE.
- (D) O grupo D deve ser identificado conforme definido pelo órgão de limpeza urbana.
- (E) O grupo E é identificado por meio de símbolos e frase de risco associado à periculosidade do resíduo químico.

QUESTÃO 15. De acordo com a Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, são atribuições comuns da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios, em seu âmbito administrativo:

- I. definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e de fiscalização das ações e serviços de saúde.
 - II. acompanhamento, avaliação e divulgação do nível de saúde da população e das condições ambientais.
 - III. participação de formulação da política e da execução das ações de saneamento básico e colaboração na proteção e recuperação do meio ambiente.
 - IV. elaboração de normas para regular as atividades de serviços privados de saúde, tendo em vista a sua relevância pública.
 - V. realizar pesquisas e estudos na área de saúde.
- (A) Somente as assertivas I, II, III e V estão corretas
 (B) Somente as assertivas I, II, III e IV estão corretas
 (C) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas
 (D) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
 (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 16. De acordo com a Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, compete à **direção nacional** do Sistema Único de Saúde - SUS, EXCETO:

- (A) formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição.
 (B) estabelecer normas e executar a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, podendo a execução ser complementada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.
 (C) definir e coordenar os sistemas de rede de laboratórios de saúde pública e de vigilância epidemiológica.
 (D) planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde.
 (E) estabelecer critérios, parâmetros e métodos para o controle da qualidade sanitária de produtos, substâncias e serviços de consumo e uso humano.

QUESTÃO 17. De acordo com a Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, a execução dos serviços de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, de alimentação e nutrição; de saneamento básico e de saúde do trabalhador é de competência:

- (A) da direção municipal do Sistema Único de Saúde.
 (B) exclusiva das direções municipais e estaduais do Sistema Único de Saúde.
 (C) exclusiva da direção nacional do Sistema Único de Saúde.
 (D) da direção municipal, mas podem ser executadas, em caráter complementar, pela direção estadual do Sistema Único de Saúde.
 (E) das direções municipais, estaduais e nacional do Sistema Único de Saúde.

QUESTÃO 18. O Conselho de Saúde atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo. A composição do Conselho de Saúde se dá:

- (A) Somente por representantes do governo.
 (B) Por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários.
 (C) Somente por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde.
 (D) Somente por representantes do governo e profissionais de saúde.
 (E) Somente por representantes do governo e prestadores de serviço.

QUESTÃO 19. A atuação contínua e sistemática, ao longo do tempo, no sentido de detectar, conhecer, pesquisar e analisar os fatores determinantes e condicionantes dos agravos à saúde relacionados aos processos e ambientes de trabalho, em seus aspectos tecnológico, social, organizacional e epidemiológico, com a finalidade de planejar, executar e avaliar intervenções sobre esses aspectos, de forma a eliminá-los ou controlá-los é a definição da:

- (A) Vigilância em Saúde
 (B) Vigilância Ambiental
 (C) Vigilância em Saúde do Trabalhador
 (D) Vigilância Epidemiológica
 (E) Nenhuma das alternativas anteriores

QUESTÃO 20. São consideradas ações e serviços públicos de saúde voltados para a vigilância, a prevenção e o controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, EXCETO:

- (A) desenvolvimento e execução de ações, atividades e estratégias de educação em saúde visando à guarda ou à posse responsável de animais para a prevenção das zoonoses;
 (B) desenvolvimento e execução de ações, atividades e estratégias de controle da população de animais, que devam ser executadas em situações excepcionais, em áreas determinadas, por tempo definido, para o controle da propagação de zoonoses de relevância para a saúde pública;
 (C) gerenciamento de resíduos de serviços de saúde gerados pelas ações de vigilância de zoonoses de relevância para a saúde pública;
 (D) recepção de animais vivos, somente, e quando forem de relevância para a saúde pública;
 (E) manutenção e cuidados básicos de animais recolhidos em estabelecimento responsável por vigilância de zoonoses pertencente ao Sistema Único de Saúde (SUS).

QUESTÃO 21. Considera-se animais de relevância para a saúde pública todo aquele que se apresenta como:

- I. vetor, hospedeiro, reservatório, portador, amplificador ou suspeito para alguma zoonose de relevância para a saúde pública, quanto à transmissão de agente etiológico para humanos;
- II. suscetível para alguma zoonose de relevância para a saúde pública, quando em situações de risco quanto à transmissão de agente etiológico para humanos;
- III. venenoso ou peçonhento de relevância para a saúde pública;
- IV. causador de agravo que represente risco de transmissão de doença para a população humana;
- V. animais de vida livre que desempenham um importante papel no equilíbrio da natureza.

(A) Somente as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

(B) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.

(C) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.

(D) Somente as assertivas I, II, IV e V estão corretas

(E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 22. Há um caso de Síndrome Gripal suspeita de Covid-19. O médico orienta o técnico de enfermagem para registrar o evento no SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) somente após confirmação do caso. Porém, a enfermeira orienta que esse evento é de notificação compulsória imediata. Ao analisar essa situação hipotética, pode-se afirmar que:

(A) o médico orientou corretamente o técnico de enfermagem.

(B) a enfermeira orientou corretamente o técnico de enfermagem.

(C) ambos profissionais erraram na conduta técnica porque a Síndrome Gripal suspeita de Covid-19 não é de notificação compulsória.

(D) ambos profissionais erraram na conduta técnica porque a Síndrome Gripal suspeita de Covid-19 é de notificação compulsória semanal.

(E) a divergência de opiniões entre o médico e a enfermeira é relevante para as ações de vigilância epidemiológica.

QUESTÃO 23. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária tem por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos e de fronteiras. Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência, EXCETO:

(A) alimentos, inclusive bebidas, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares, limites de contaminantes orgânicos, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários.

(B) cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes.

(C) medicamentos de uso veterinário, suas substâncias ativas e demais insumos, processos e tecnologias.

(D) equipamentos e materiais médico-hospitalares, odontológicos e hemoterápicos e de diagnóstico laboratorial e por imagem.

(E) órgãos, tecidos humanos e veterinários para uso em transplantes ou reconstituições.

QUESTÃO 24. São consideradas ações de Vigilância Ativa relacionadas às zoonoses monitoradas por Programas Nacionais de Vigilância e Controle do Ministério da Saúde, EXCETO:

(A) Monitoramento constante e sistemático das populações de animais do território de atuação.

(B) Estruturação da rotina de identificação de informações geradas pela mídia sobre a incidência e a prevalência de zoonose na área alvo.

(C) Desenvolvimento de inquéritos epidemiológicos que envolvam determinadas populações de animais.

(D) Disponibilidade de avaliação e recepção de um animal de relevância para a saúde pública, oportunizando o acesso da população e de instituições públicas e privadas para entrega desses animais.

(E) Articulação sistemática, com a área de vigilância epidemiológica local, para atualização quanto à ocorrência de casos humanos, sejam prevalentes ou incidentes, sejam no território de atuação ou em áreas circunvizinhas, bem como de outras informações pertinentes.

QUESTÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

QUESTÃO 25. Sobre o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB), analise as alternativas abaixo e marque a INCORRETA:

(A) Constitui uma equipe multiprofissional e interdisciplinar composta por categorias de profissionais da saúde, complementar às equipes que atuam na Atenção Básica;

(B) A definição das categorias profissionais que poderão compor os Nasf-AB é de autonomia do gestor estadual, devendo ser escolhida de acordo com as necessidades dos territórios;

(C) Os Nasf-AB não se constituem como serviços com unidades físicas independentes ou especiais, e não são de livre acesso para atendimento individual ou coletivo;

(D) Compete especificamente à Equipe do Nasf-AB participar do planejamento conjunto com as equipes que atuam na Atenção Básica à que estão vinculadas;

(E) Compete especificamente à Equipe do Nasf-AB contribuir para a integralidade do cuidado aos usuários do SUS principalmente por intermédio da ampliação da clínica, auxiliando no aumento da capacidade de análise e de intervenção sobre problemas e necessidades de saúde, tanto em termos clínicos quanto sanitários.

QUESTÃO 26. Segundo a Portaria nº. 2436, de 21 de setembro de 2017, são Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Rede de Atenção à Saúde (RAS) a serem operacionalizados na Atenção Básica, EXCETO:

- (A) universalidade;
- (B) igualdade;**
- (C) territorialização;
- (D) longitudinalidade do cuidado;
- (E) cuidado centrado na pessoa.

QUESTÃO 27. Sobre a notificação de doenças aos órgãos de saúde, analise as afirmativas abaixo e marque a alternativa correta.

- I. A comunicação de doença, agravo ou evento de saúde pública de notificação compulsória à autoridade de saúde competente será realizada por profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde, além de estabelecimentos públicos ou privados educacionais, unidades laboratoriais e instituições de pesquisa.;
 - II. É dever do médico veterinário fornecer informações de interesse da saúde pública e de ordem econômica às autoridades competentes nos casos de enfermidades de notificação obrigatória;
 - III. Deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem é considerado uma infração sanitária punível com advertência e/ou multa de no mínimo R\$2000,00;
 - IV. O profissional médico veterinário que não notificar doenças de interesse em saúde pública poderá ter a suspensão do exercício profissional por até 90 dias.
- (A) Somente as alternativas I e II estão corretas;
 - (B) Somente as alternativas I e III estão corretas;
 - (C) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas;
 - (D) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas;
 - (E) Todas as alternativas estão corretas.**

QUESTÃO 28. Com base na Lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, em seu Capítulo III (Da Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde), analise as alternativas abaixo e marque a INCORRETA.

- (A) A União aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, o montante correspondente ao valor empenhado no exercício financeiro anterior, apurado nos termos desta Lei Complementar, acrescido de, no mínimo, o percentual correspondente à variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrida no ano anterior ao da lei orçamentária anual;
- (B) Os recursos da União serão repassados ao Fundo Nacional de Saúde e às demais unidades orçamentárias que compõem o órgão Ministério da Saúde, para ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde;
- (C) Em caso de variação negativa do PIB, o valor a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde não poderá ser reduzido, em termos nominais, de um exercício financeiro para o outro;
- (D) Os Estados aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 10% (dez por cento) da arrecadação dos impostos e dos recursos, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;**
- (E) Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos e dos recursos.

QUESTÃO 29. São atribuições do Agente Comunitário de Saúde (ACS) na prevenção e no controle da dengue:

- I. atuar junto aos domicílios informando os seus moradores sobre a doença - seus sintomas e riscos - e o agente transmissor;
 - II. encaminhar os casos suspeitos de dengue à unidade de saúde mais próxima, de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Saúde;
 - III. vistoriar os cômodos da casa, acompanhado pelo morador, para identificar locais de existência de larvas ou mosquito transmissor da dengue;
 - IV. orientar a população sobre a forma de evitar e eliminar locais que possam oferecer risco para a formação de criadouros de *Aedes aegypti*;
 - V. promover reuniões com a comunidade para mobilizá-la para as ações de prevenção e controle da dengue.
- (A) Somente as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - (B) Somente as assertivas I, II, IV e V estão corretas.
 - (C) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - (D) Somente as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
 - (E) Todas as assertivas estão corretas.**

QUESTÃO 30. Em relação ao funcionamento e da participação complementar dos serviços privados de assistência à saúde, de acordo com a Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, leia as assertivas abaixo e marque a alternativa correta.

- I. Na prestação de serviços privados de assistência à saúde, serão observados os princípios éticos e as normas expedidas pelo órgão de direção do Sistema Único de Saúde - SUS quanto às condições para seu funcionamento.
- II. Em qualquer caso é obrigatória a autorização do órgão de direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, submetendo-se a seu controle as atividades que forem desenvolvidas e os instrumentos que forem firmados.
- III. A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público.
- IV. Os serviços contratados submeter-se-ão às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS, mantido o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- V. A assistência à saúde pela iniciativa privada não é permitida no Sistema Único de Saúde – SUS.

(A) Somente a assertiva V está correta.

(B) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

(C) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.

(D) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.

(E) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.

PROVA TEÓRICA - SELEÇÃO 2022 – RESIDENCIA EM MEDICINA VETERINÁRIA

VIGILÂNCIA E ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

QUESTÃO 01. A Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Analise as assertivas abaixo:

- I. A PNAB considera os termos Atenção Básica e Atenção Primária à Saúde, nas atuais concepções, como termos equivalentes, de forma a associar a ambas os princípios e as diretrizes.
 - II. A Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.
 - III. A Atenção Básica será a principal porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde, coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede.
 - IV. A Atenção Básica será ofertada integralmente e gratuitamente a todas as pessoas, de acordo com suas necessidades e demandas do território, desconsiderando os determinantes e condicionantes de saúde.
 - V. É proibida qualquer exclusão baseada em idade, gênero, raça/cor, etnia, crença, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, estado de saúde, condição socioeconômica, escolaridade, limitação física, intelectual, funcional e outras.
- (A) As assertivas II, III, IV e V estão corretas
(B) As assertivas I, II, III e V estão corretas.
(C) As assertivas I, II, IV e V estão corretas
(D) As assertivas II, III e IV estão corretas
(E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 02. A Portaria nº 782, de 15 de março de 2017 define a relação das epizootias de notificação compulsória e suas diretrizes para notificação em todo o território nacional. De acordo com essa Portaria, são considerados eventos de saúde pública, Epizootias de notificação compulsória imediata, exceto:

- (A) Morte de animais silvestres sem causa conhecida
- (B) Morte ou adoecimento de equídeos com sintomatologia neurológica
- (C) Arboviroses de importância em saúde pública (Encefalomielite Equina do Oeste, do Leste e Venezuelana, Oropouche, Mayaro)
- (D) Morte de roedores silvestres em áreas de ocorrência de peste
- (E) Morte de primatas não humanos.

QUESTÃO 03. De acordo com o Art. 3º da Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), são considerados Princípios e Diretrizes do SUS e da Rede de Atenção à Saúde (RAS) a serem operacionalizados na Atenção Básica:

- I. Universalidade, Equidade, Integralidade, Regionalização, Hierarquização, Territorialização são considerados princípios do SUS a serem operacionalizados na AB.
 - II. Universalidade, Equidade, Integralidade são considerados princípios do SUS a serem operacionalizados na AB.
 - III. Somente a Universalidade, Equidade e Integralidade devem ser considerados na Atenção Básica.
 - IV. Regionalização, Hierarquização, Territorialização, População Adscrita; Cuidado centrado na pessoa; Resolutividade; Longitudinalidade do cuidado; Coordenação do cuidado; Ordenação da rede; e Participação da comunidade são consideradas as Diretrizes do SUS e da RAS a serem operacionalizados na Atenção Básica.
 - V. A participação da comunidade não deve ser considerada uma Diretriz a ser operacionalizada na AB.
- (A) Somente as assertivas I e V estão corretas
(B) Somente a assertiva III está correta
(C) Somente as assertivas II e V estão corretas
(D) Somente as assertivas III e V estão corretas
(E) Somente as assertivas II e IV estão corretas

QUESTÃO 04. A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Sendo assim, analise as assertivas abaixo:

- I. As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são reconhecidas como foros de negociação e pactuação entre gestores, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS).
 - II. O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) são reconhecidos como entidades representativas dos entes estaduais e municipais para tratar de matérias referentes à saúde e declarados de utilidade pública e de relevante função social
 - III. A direção nacional do Sistema Único da Saúde (SUS) compete, entre outras funções: formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição; participar na formulação e na implementação das políticas de controle das agressões ao meio ambiente, de saneamento básico e relativas às condições e aos ambientes de trabalho; definir e coordenar os sistemas de redes integradas de assistência de alta complexidade, de rede de laboratórios de saúde pública, de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária.
 - IV. As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS, obedecem aos seguintes princípios: universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema; igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.
 - V. Os serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS não precisam obedecer aos princípios de universalidade, integralidade e igualdade uma vez que apresentam autonomia.
- (A) As assertivas I, II e IV estão corretas
 (B) As assertivas I, II, III e V estão corretas.
 (C) As assertivas I, II, IV e V estão corretas
 (D) As assertivas II, III e V estão corretas
 (E) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 05. A Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências. Em seu Art. 2º, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as seguintes penalidades, exceto:

- (A) advertência;
 (B) interdição de produto;
 (C) suspensão de vendas e/ou fabricação de produto;
 (D) intervenção no estabelecimento que receba recursos privados de qualquer esfera;
 (E) suspensão de propaganda e publicidade.

QUESTÃO 06. A Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências. Para a imposição da pena e a sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta, dentre outros fatores, as circunstâncias agravantes. Marque a alternativa que não corresponde a uma circunstância agravante.

- (A) O infrator coagir outrem para a execução material da infração;
 (B) Ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual fraude ou má fé;
 (C) a errada compreensão da norma sanitária, admitida como excusável, quanto patente a incapacidade do agente para atender o caráter ilícito do fato;
 (D) ser o infrator reincidente;
 (E) se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada tendentes a evitá-lo.

QUESTÃO 07. A portaria de Consolidação nº5 de 28 de setembro de 2017 define as ações e os serviços de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. Nesse contexto, considera-se animais de relevância para a saúde pública, exceto:

- (A) venenosos ou peçonhentos como serpentes e escorpiões;
 (B) qualquer cão não domiciliado;
 (C) primatas não humanos, quando em situações de risco quanto à transmissão de agente etiológico para humanos;
 (D) cães com diagnóstico positivo para leishmaniose visceral;
 (E) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

QUESTÃO 08. Sobre a notificação de doenças aos órgãos de saúde, analise as afirmativas abaixo e marque a alternativa correta.

- I. É dever de todo cidadão comunicar à autoridade sanitária local a ocorrência de fato, comprovado ou presumível, de caso de doença transmissível, sendo obrigatória a médicos e outros profissionais de saúde no exercício da profissão, bem como aos responsáveis por organizações e estabelecimentos públicos e particulares de saúde e ensino a notificação de casos suspeitos ou confirmados das doenças de notificação compulsória;
 - II. São de notificação compulsória às autoridades sanitárias os casos suspeitos ou confirmados de doenças que podem implicar medidas de isolamento ou quarentena, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional.
 - III. É dever do médico veterinário fornecer informações de interesse da saúde pública e de ordem econômica às autoridades competentes nos casos de enfermidades de notificação obrigatória;
 - IV. Deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem é considerado uma infração sanitária punível com advertência e/ou multa de no mínimo R\$2000,00;
 - V. O profissional médico veterinário que não notificar doenças de interesse em saúde pública poderá ter a suspensão do exercício profissional por até 90 dias.
- (A) Somente as alternativas I e II estão corretas;
 (B) Somente as alternativas I, II e III estão corretas;
 (C) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas;
 (D) Somente as alternativas I, II, III e V estão corretas;
 (E) Todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 09. Segundo a RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, é incorreto afirmar que:

- (A) as instalações elétricas devem estar embutidas ou protegidas em tubulações externas e íntegras de tal forma a permitir a higienização dos ambientes;
- (B) os funcionários responsáveis pela atividade de higienização das instalações sanitárias devem utilizar uniformes apropriados e diferenciados daqueles utilizados na manipulação de alimentos;
- (C) o vapor, quando utilizado em contato direto com alimentos ou com superfícies que entrem em contato com alimentos, não necessita ser produzido a partir de água potável uma vez que não representa fonte de contaminação;
- (D) os manipuladores que apresentarem lesões e ou sintomas de enfermidades que possam comprometer a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos devem ser afastados da atividade de preparação de alimentos enquanto persistirem essas condições de saúde;
- (E) os funcionários que manipulam alimentos crus devem realizar a lavagem e a anti-sepsia das mãos antes de manusear alimentos preparados.

QUESTÃO 10. Segundo a Resolução RDC Nº222, de 28 de março de 2018, no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), o gerador de Resíduos de Serviço de Saúde (RSS) deve, exceto:

- (A) estimar a quantidade dos RSS gerados por grupos, conforme classificação;
- (B) descrever os procedimentos relacionados ao gerenciamento dos RSS quanto à geração, à segregação, ao acondicionamento, à identificação, à coleta, ao armazenamento, ao transporte, ao tratamento e à disposição final ambientalmente adequada;
- (C) estar em conformidade com as ações de proteção à saúde pública, do trabalhador e do meio ambiente;
- (D) estar em conformidade com a regulamentação sanitária e ambiental, bem como com as normas de coleta e transporte dos serviços locais de limpeza urbana;
- (E) apresentar documento comprobatório de operação de venda ou de doação dos RSS destinados à recuperação, à reciclagem, à compostagem e à logística reversa, apenas para estabelecimento público.

QUESTÃO 11. Considerando as etapas de manejo dos resíduos de serviço de saúde (RSS), com ênfase a Segregação, acondicionamento e identificação, marque a alternativa incorreta.

- (A) Os RSS devem ser segregados no momento de sua geração, conforme classificação por Grupos, em função do risco presente;
- (B) Os RSS do Grupo A que não precisam ser obrigatoriamente tratados e os RSS após o tratamento são considerados rejeitos e devem ser acondicionados em saco branco leitoso;
- (C) Os sacos para acondicionamento de RSS do grupo A devem ser substituídos ao atingirem o limite de 2/3 (dois terços) de sua capacidade ou então a cada 48 (quarenta e oito) horas, independentemente do volume, visando o conforto ambiental e a segurança dos usuários e profissionais;
- (D) Os RSS do Grupo D devem ser acondicionados de acordo com as orientações dos órgãos locais responsáveis pelo serviço de limpeza urbana e os sacos precisam ser identificados;
- (E) O coletor não necessitará de tampa para fechamento sempre que ocorrer a substituição imediata do saco para acondicionamento após a realização de cada procedimento.

QUESTÃO 12. Considerando a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a qual define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, são competências da ANVISA, exceto:

- (A) coordenar o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;
- (B) monitorar a evolução dos preços de medicamentos, equipamentos, componentes, insumos e serviços de saúde;
- (C) estabelecer normas e padrões sobre limites de contaminantes, resíduos tóxicos, desinfetantes, metais pesados e outros que envolvam risco à saúde humana e animal;
- (D) conceder registros de produtos, segundo as normas de sua área de atuação;
- (E) coordenar as ações de vigilância sanitária realizadas por todos os laboratórios que compõem a rede oficial de laboratórios de controle de qualidade em saúde.

QUESTÃO 13. De acordo com a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.061 de 2020, que se refere a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados, são de notificação imediata no Sistema Municipal de Saúde, exceto:

- (A) Acidente de trabalho com exposição a material biológico.
- (B) Acidente por animal peçonhento.
- (C) Leptospirose.
- (D) Violência doméstica e/ou outras violências.
- (E) Síndrome Respiratória Aguda Grave associada a Coronavírus.

QUESTÃO 14. A Resolução CFMV nº 1.138 de 2016 estabelece o Novo Código de Ética do médico veterinário e institui uma série de penalidades aos profissionais que o infringirem. Nas relações do médico veterinário com os animais e o meio ambiente o profissional deve atentar para as seguintes situações, exceto:

- (A) Respeitar as necessidades fisiológicas, ecológicas e comportamentais dos animais.
- (B) Conhecer a legislação de proteção aos animais, de preservação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável.
- (C) Evitar agressão ao meio ambiente por meio de resíduos resultantes da exploração e da indústria animal.
- (D) Usar os animais em práticas de ensino e na experimentação científica sempre que necessário, desde que haja uma justificativa social, mesmo havendo métodos alternativos reconhecidos.
- (E) Não atentar contra as funções vitais dos animais e impedir que outros o façam.

QUESTÃO 15. A Portaria nº 782, de 15 de março de 2017 define a relação das epizootias de notificação compulsória e suas diretrizes para notificação em todo o território nacional. Analise as assertivas abaixo:

- I. A comunicação de doença, agravo ou evento de saúde pública de notificação compulsória à autoridade de saúde competente será realizada por profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde, além de estabelecimentos públicos ou privados educacionais, unidades laboratoriais e instituições de pesquisa.
 - II. A comunicação de doença, agravo ou evento de saúde pública de notificação compulsória pode ser realizada à autoridade de saúde por qualquer cidadão que deles tenha conhecimento ou por estabelecimentos públicos ou privados relacionados ao manejo de animais.
 - III. A Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS), as Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios divulgarão, em endereço eletrônico oficial, o número de telefone, fax, endereço de e-mail institucional ou formulário para notificação compulsória.
 - IV. A SVS/MS publicará normas complementares relativas aos fluxos, prazos, instrumentos, definições de casos suspeitos e confirmados, funcionamento dos sistemas de informação em saúde e demais orientações técnicas para o cumprimento e operacionalização desta Portaria.
 - V. As autoridades de saúde garantirão a divulgação atualizada dos dados públicos da notificação compulsória para profissionais de saúde, órgãos de controle social e população em geral.
- (A) Somente I, II e III estão corretas.
 - (B) Somente I, II, IV e V estão corretas.
 - (C) Somente I, III, IV e V estão corretas.
 - (D) Somente II, III, IV e V estão corretas.
 - (E) I, II, III, IV e V estão corretas.

QUESTÃO 16. De acordo com o Manual de Prevenção, Vigilância e Controle de Zoonoses, as ações de prevenção de zoonoses caracterizam-se por serem executadas de forma temporária ou permanente, dependendo do contexto epidemiológico, por meio de ações, atividades e estratégias de:

- (A) educação em saúde
- (B) educação em saúde e manejo ambiental
- (C) educação em saúde, manejo ambiental e vacinação animal
- (D) controle da doença nos animais
- (E) nenhuma das opções anteriores

QUESTÃO 17. Rotineiramente, a área de vigilância de zoonoses deve desenvolver e executar ações, atividades e estratégias de vigilância de zoonoses e, dependendo do contexto epidemiológico, também de prevenção, em seu território de atuação. As atividades da Vigilância são organizadas e executadas em Vigilância ativa e Vigilância passiva. Sendo assim, são exemplos de atividades da Vigilância Ativa, exceto:

- (A) Articulação sistemática, com a área de vigilância epidemiológica local, para atualização quanto à ocorrência de casos humanos, sejam prevalentes ou incidentes, sejam no território de atuação ou em áreas circunvizinhas, bem como de outras informações pertinentes.
- (B) Canal de comunicação com a população para informações sobre animais de relevância para a saúde pública, bem como para que a população notifique a área de vigilância de zoonoses, quando diante de um animal suspeito de zoonose de relevância para a saúde pública**
- (C) Monitoramento constante e sistemático das populações de animais do território de atuação.
- (D) Articulação sistemática com serviços e instituições públicas e privadas que, de alguma forma, trabalham com animais ou amostras biológicas de animais, tais como: consultórios, clínicas e hospitais veterinários, pet shops, órgãos ambientais, órgãos da agricultura, órgãos e entidades de proteção animal, laboratórios, universidades, entre outros, de modo que se identifique oportuna e precocemente a introdução de uma zoonose em uma determinada área ou seu risco iminente.
- (E) Desenvolvimento de inquéritos epidemiológicos que envolvam determinadas populações de animais.

QUESTÃO 18. São objetivos do Sistema Único de Saúde:

- I. A identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.
 - II. O incremento, em sua área de atuação, do desenvolvimento científico e tecnológico.
 - III. A assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.
 - IV. A execução de ações de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica, de saúde do trabalhador e de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.
 - V. A participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico.
- (A) Somente as assertivas I, II, III e IV estão corretas
 - (B) As assertivas I, III, IV e V estão corretas
 - (C) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas
 - (D) As assertivas II, III, IV e V estão corretas
 - (E) Todas as assertivas estão corretas.**

QUESTÃO 19. São exemplos de zoonoses monitoradas por programas nacionais de vigilância e controle do Ministério da Saúde:

- (A) peste, febre maculosa brasileira, febre de Chikungunya, hantavirose e febre do Nilo Ocidental**
- (B) toxoplasmose, febre maculosa brasileira, febre de Chikungunya, hantavirose
- (C) doença de Chagas, esporotricose, peste e febre maculosa brasileira
- (D) peste, febre maculosa brasileira, febre de Chikungunya, esporotricose e febre do Nilo Ocidental
- (E) histoplasmose, esporotricose, peste e febre maculosa brasileira

QUESTÃO 20. A Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Sobre a Atenção Básica analise as assertivas abaixo:

- I. A PNAB tem na Saúde da Família sua estratégia prioritária para expansão e consolidação da Atenção Básica.
 - II. Serão reconhecidas outras estratégias de Atenção Básica, desde que observados os princípios e diretrizes previstos nesta portaria e tenham caráter transitório, devendo ser estimulada sua conversão em Estratégia Saúde da Família.
 - III. A integração entre a Vigilância em Saúde e Atenção Básica é condição essencial para o alcance de resultados que atendam às necessidades de saúde da população, na ótica da integralidade da atenção à saúde e visa estabelecer processos de trabalho que consideremos determinantes, os riscos e danos à saúde, na perspectiva da intra e intersetorialidade.
 - IV. Todos os estabelecimentos de saúde que prestem ações e serviços de Atenção Básica, no âmbito do SUS, de acordo com esta portaria, serão denominados Unidade Básica de Saúde (UBS).
 - V. Todas as UBS são consideradas potenciais espaços de educação, formação de recursos humanos, pesquisa, ensino em serviço, inovação e avaliação tecnológica para a Rede de Atenção à Saúde.
- (A) Somente as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - (B) Somente as assertivas I, III, IV e V estão corretas
 - (C) Somente as assertivas I, II, IV e V estão corretas
 - (D) Somente as assertivas I, II e III estão corretas
 - (E) Todas as assertivas estão corretas.**

VIGILÂNCIA E ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

01-A Constituição Federal de 1988 apresenta no seu Capítulo II, uma Seção sobre a Saúde. Qual afirmação está presente nesta seção?

- (A) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- (B) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- (C) A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- (D) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- (E) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

02-A Lei 8.080 de 1990 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Segundo essa lei, está (estão) incluída (s) no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

- (A) a execução de ações de vigilância sanitária; de vigilância epidemiológica; de saúde do trabalhador; e de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;
- (B) o incremento, em sua área de atuação, do desenvolvimento científico e tecnológico;
- (C) a formulação e execução da política de sangue e seus derivados.
- (D) a participação no controle e na fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;
- (E) todas as alternativas estão corretas.

03-O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com a Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde. Sobre essas instâncias colegiadas podemos afirmar que todas as alternativas estão corretas, EXCETO:

- (A) A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde.
- (B) O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.
- (C) O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) terão representação no Conselho Nacional de Saúde.
- (D) As Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde terão sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, porém aprovadas por um conselho único.
- (E) A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

04-São Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Rede de Atenção à Saúde (RAS) a serem operacionalizados na Atenção Básica, EXCETO:

- (A) Universalidade, Equidade e Integralidade
- (B) Participação da comunidade
- (C) Reorientação do modelo de atenção e de gestão
- (D) Longitudinalidade do cuidado
- (E) População Adscrita.

05-A Portaria Nº 782, DE 15 DE MARÇO DE 2017 define a relação das epizootias de notificação compulsória e suas diretrizes para notificação em todo o território nacional. A comunicação de doença, agravo ou evento de saúde pública de notificação compulsória à autoridade de saúde competente poderá ser realizada por:

- (A) profissionais de saúde.
- (B) estabelecimentos públicos ou privados educacionais.
- (C) unidades laboratoriais.
- (D) instituições de pesquisa.
- (E) todas as alternativas estão corretas.

- 06-Segundo a Resolução RDC Nº222, de 28 de março de 2018, no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), o gerador de resíduos RSS deve, EXCETO:
- (A) estimar a quantidade dos RSS gerados por grupos, conforme classificação.
 - (B) descrever os procedimentos relacionados ao gerenciamento dos RSS quanto à geração, à segregação, ao acondicionamento, à identificação, à coleta, ao armazenamento, ao transporte, ao tratamento e à disposição final ambientalmente adequada.
 - (C) estar em conformidade com as ações de proteção à saúde pública, do trabalhador e do meio ambiente.
 - (D) apresentar documento comprobatório da capacitação e treinamento dos funcionários envolvidos na prestação de serviço de limpeza e conservação que atuem no serviço, próprios ou terceiros de todas as unidades geradoras que produzem apenas resíduos do Grupo C (rejeitos radioativos).**
 - (E) descrever as ações a serem adotadas em situações de emergência e acidentes decorrentes do gerenciamento dos RSS.
- 07-A execução das ações, das atividades e das estratégias de vigilância, prevenção e controle de zoonoses de relevância para a saúde pública subdividem-se em três grupos, sendo: zoonoses monitoradas por programas nacionais de vigilância e controle do Ministério da Saúde (MS), zoonoses de relevância regional ou local e zoonoses emergentes ou reemergentes. As seguintes zoonoses são monitoradas por programas nacionais de vigilância e controle do Ministério da Saúde, EXCETO:
- (A) Febre do Nilo Ocidental
 - (B) Doença de Chagas
 - (C) Leptospirose
 - (D) Hantavirose
 - (E) Toxoplasmose**
- 08-Rotineiramente, a área de vigilância de zoonoses deve desenvolver e executar ações, atividades e estratégias de vigilância de zoonoses e, dependendo do contexto epidemiológico, também de prevenção, em seu território de atuação. Essas atividades são organizadas e executadas da seguinte forma:
- (A) Vigilância (podendo ser ativa ou passiva), Prevenção, Controle, Monitoramento e Avaliação da sua efetividade.**
 - (B) Vigilância ativa, Prevenção, Controle, Monitoramento e Avaliação da sua efetividade.
 - (C) Somente através das ações de Vigilância, Prevenção e Controle.
 - (D) Somente através das ações de Prevenção e Controle.
 - (E) Nenhuma das alternativas.
- 09-As arboviroses transmitidas por *Aedes aegypti* têm se constituído em um dos principais problemas de saúde pública no mundo. Sobre a Dengue, Zika e Chikungunya NÃO está correto afirmar que:
- (A) O cenário epidemiológico do Brasil, caracterizado pela circulação simultânea dos quatro sorotipos do vírus da dengue e dos vírus chikungunya e Zika, constitui-se em um grande desafio tanto para a assistência quanto para a vigilância, em suas ações de identificação de casos suspeitos, no diagnóstico precoce e no desencadeamento das ações de prevenção e controle.
 - (B) Os vírus da Dengue (DENV), Chikungunya (CHIKV) e Zika (ZIKV) são arbovírus que podem ser transmitidos ao homem por via vetorial, vertical e transfusional.
 - (C) Além dessas três formas de transmissão (vetorial, vertical e transfusional), estudos apontam que o ZIKV pode ser transmitido por via sexual de uma pessoa infectada (sintomática ou não) para seus parceiros, durante meses após a infecção inicial.
 - (D) Em um cenário de co-circulação de DENV, ZIKV e CHIKV, que pode ser realidade em um grande número de municípios no Brasil, não se faz necessária a investigação por métodos diretos para detecção desses vírus.**
 - (E) A suscetibilidade ao vírus da dengue (DENV) no indivíduo é universal; uma vez que haja infecção, a imunidade adquirida é permanente para um mesmo sorotipo (homóloga). De outro modo, a imunidade cruzada (heteróloga) persiste temporariamente no indivíduo, ou seja, quando induzida por um sorotipo, é apenas parcialmente protetora contra outros sorotipos e desaparece rapidamente.
- 10- Entende-se por vigilância em saúde “um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde, visando o planejamento e a implementação de medidas de saúde pública para a proteção da saúde da população, a prevenção e controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção da saúde”. Nesse contexto, compete à vigilância epidemiológica da Dengue, Zika e Chikungunya desempenhar um rol de atividades, entre as quais estão:
- (A) notificar e investigar oportunamente os casos suspeitos de Dengue, Chikungunya e Zika, para acompanhar, de forma contínua, a evolução temporal desses agravos, e detectar efetivamente mudanças no padrão de ocorrência, surtos e epidemias.
 - (B) realizar análises epidemiológicas descritivas dos casos, em função de variáveis relacionadas a pessoa, tempo e espaço.
 - (C) integrar as informações de vigilância de casos, vigilância entomológica e vigilância laboratorial.
 - (D) promover a integração entre as áreas de controle vetorial, assistência e demais entes que atuam na prevenção e controle das arboviroses, visando à adoção de medidas pertinentes capazes de controlar e/ou impedir a transmissão, quando possível, e de reduzir a magnitude, a gravidade e a mortalidade dessas doenças.
 - (E) todas as alternativas estão corretas.**

11- Segundo o Guia de Vigilância em Saúde (Brasil, 2019) a Leishmaniose Visceral (LV) é uma doença crônica e sistêmica, que, quando não tratada, pode evoluir para óbito em mais de 90% dos casos humanos. Na área urbana, o cão (*Canis familiaris*) é o principal reservatório e a enzootia canina tem precedido a ocorrência de casos humanos, sendo a infecção em cães mais prevalente que no homem. A cerca dessa importante zoonose é correto afirmar que:

- (A) A LV humana é uma doença de notificação compulsória, portanto, somente o caso confirmado deve ser notificado e investigado pelos serviços de saúde, por meio da Ficha de Investigação da Leishmaniose Visceral do Sinan.
- (B) A detecção de casos de LV pode ocorrer por intermédio de demanda espontânea à unidade de saúde, busca ativa de casos no local de transmissão, visitas domiciliares dos profissionais do PACS e da ESF ou encaminhamento de suspeitos, através da rede básica de saúde.
- (C) O objetivo das investigações entomológicas é levantar as informações de caráter quantitativo e qualitativo sobre os culicídeos transmissores da LV.
- (D) Duas técnicas diagnósticas sorológicas sequenciais para avaliação da prevalência e identificação dos cães infectados em inquéritos caninos amostrais ou censitários são recomendadas: o ELISA, como teste de triagem e a RIFI, como confirmatório.
- (E) As recomendações de vigilância e controle da LV são as mesmas, independente da classificação epidemiológica dos municípios.

12-A Política Nacional de Atenção Básica tem na Saúde da Família sua estratégia prioritária para expansão e consolidação da atenção básica. A qualificação da Estratégia de Saúde da Família e de outras estratégias de organização da atenção básica deverão seguir as diretrizes da atenção básica e do SUS configurando um processo progressivo e singular que considera e inclui as especificidades locoregionais. Nesse contexto, a Equipe de Saúde da Família deverá ser composta minimamente pelos seguintes profissionais:

- (A) médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e comunidade, agentes comunitários de saúde e assistente social.
- (B) médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família e auxiliar ou técnico de enfermagem.
- (C) médico generalista ou médico de família, enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, assistente social e agentes comunitários de saúde.
- (D) médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde.
- (E) médico generalista ou especialista em saúde da família ou médico de família e comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar ou técnico de enfermagem, agentes comunitários de saúde e médicos veterinários.

13- De acordo com a Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) são responsabilidades comuns a todas as esferas de governo, EXCETO:

- (A) contribuir para a reorientação do modelo de atenção e de gestão com base nos princípios e nas diretrizes contidas nesta portaria;
- (B) apoiar e estimular a adoção da Estratégia Saúde da Família - ESF como estratégia prioritária de expansão, consolidação e qualificação da Atenção Básica;
- (C) definir e rever periodicamente, de forma pactuada, na Comissão Intergestores Tripartite, as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica;
- (D) garantir a infraestrutura adequada e com boas condições para o funcionamento das UBS, garantindo espaço, mobiliário e equipamentos, além de acessibilidade de pessoas com deficiência, de acordo com as normas vigentes;
- (E) contribuir com o financiamento tripartite para fortalecimento da Atenção Básica.

14- Segundo a Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) constitui uma equipe multiprofissional e interdisciplinar composta por categorias de profissionais da saúde, complementar às equipes que atuam na Atenção Básica. Poderão compor os NASF-AB as seguintes ocupações do Código Brasileiro de Ocupações - CBO na área de saúde, EXCETO:

- (A) Médico Acupunturista
- (B) Dentista
- (C) Médico Veterinário
- (D) Fonoaudiólogo
- (E) Psicólogo

15- De acordo com a Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, são atribuições comuns a todos os membros das Equipes que atuam na Atenção Básica:

- (A) Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos e vulnerabilidades;
- (B) Cadastrar e manter atualizado o cadastramento e outros dados de saúde das famílias e dos indivíduos no sistema de informação da Atenção Básica vigente, utilizando as informações sistematicamente para a análise da situação de saúde, considerando as características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas do território, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
- (C) Realizar o cuidado integral à saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da Unidade Básica de Saúde, e quando necessário, no domicílio e demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), com atenção especial às populações que apresentem necessidades específicas (em situação de rua, em medida socioeducativa, privada de liberdade, ribeirinha, fluvial, etc.).
- (D) Realizar ações de atenção à saúde conforme a necessidade de saúde da população local, bem como aquelas previstas nas prioridades, protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, assim como, na oferta nacional de ações e serviços essenciais e ampliados da AB;
- (E) **Todas as alternativas estão corretas.**

16-A forma mais eficiente de tratamento para acidentados por serpente, escorpião e algumas aranhas é o soro, adquiridos pelo Ministério da Saúde e distribuídos às Unidades Federadas, chegando às unidades de saúde de referência para atendimento gratuito aos acidentados. O tratamento será mais eficiente quanto mais cedo o acidentado for atendido. O tempo é um fator determinante para a boa evolução dos casos. A principal medida a ser tomada quando acidentado é PROCURAR ATENDIMENTO MÉDICO IMEDIATO, na Unidade de Saúde mais próxima. Outros procedimentos de primeiros-socorros são, EXCETO:

- (A) evitar esforço físico.
- (B) lavar o local com água e sabão.
- (C) **fazer garrote ou torniquete.**
- (D) se possível, em caso de serpentes e aranhas, levar o animal para identificação.
- (E) elevar o membro atingido.

17-O Pacto pela Vida é o compromisso entre os gestores do SUS em torno de prioridades que apresentam impacto sobre a situação de saúde da população brasileira. A definição de prioridades deve ser estabelecida através de metas nacionais, estaduais, regionais ou municipais. Prioridades estaduais ou regionais podem ser agregadas às prioridades nacionais, conforme pactuação local. Nesse sentido, as prioridades pactuadas são:

- (A) **Saúde do idoso, controle do câncer de colo de útero e de mama, redução da mortalidade infantil e materna, fortalecimento da capacidade de respostas às doenças emergentes e endemias, com ênfase na dengue, hanseníase, tuberculose, malária e influenza, promoção da saúde e fortalecimento da Atenção Básica.**
- (B) Somente a Saúde do idoso, controle do câncer de colo de útero e de mama e redução da mortalidade infantil e materna.
- (C) Reforçar a territorialização da saúde como base para organização dos sistemas, estruturando as regiões sanitárias e instituindo colegiados de gestão regional.
- (D) Garantir acesso, resolutividade e qualidade às ações e serviços de saúde cuja complexidade e contingente populacional transcenda a escala local/municipal
- (E) Racionalizar os gastos e otimizar os recursos, possibilitando ganho em escala nas ações e serviços de saúde de abrangência regional.

18-A Regionalização é uma diretriz do Sistema Único de Saúde e um eixo estruturante do Pacto de Gestão, e deve orientar a descentralização das ações e serviços de saúde e os processos de negociação e pactuação entre os gestores. Sendo assim, é INCORRETO afirmar que seus objetivos são:

- (A) Garantir acesso, resolutividade e qualidade às ações e serviços de saúde cuja complexidade e contingente populacional transcenda a escala local/municipal;
- (B) Garantir o direito à saúde, reduzir desigualdades sociais e territoriais e promover a equidade, ampliando a visão nacional dos problemas, associada à capacidade de diagnóstico e decisão loco-regional, que possibilite os meios adequados para a redução das desigualdades no acesso às ações e serviços de saúde existentes no país;
- (C) **Garantir a integralidade na atenção à saúde, reduzindo o conceito de cuidado à saúde no processo de reordenamento das ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação com garantia de acesso a todos os níveis de complexidade do sistema;**
- (D) Potencializar o processo de descentralização, fortalecendo estados e municípios para exercerem papel de gestores e para que as demandas dos diferentes interesses loco-regionais possam ser organizadas e expressadas na região;
- (E) Racionalizar os gastos e otimizar os recursos, possibilitando ganho em escala nas ações e serviços de saúde de abrangência regional.

19- Com relação aos Direitos Sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, não podemos afirmar que:

- (A) O trabalho e a moradia são direitos sociais.
- (B) O direito a saúde é considerado um direito social.
- (C) O direito de greve só é permitido após manifestação do STF, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.**
- (D) É livre a associação profissional ou sindical, porém ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
- (E) É livre a associação profissional ou sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

20- De acordo com a Constituição Federal de 1988, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto:

- (A) Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
- (B) Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- (C) Preservar as florestas, a fauna e a flora.
- (D) Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.
- (E) Cuidar para que o setor privado garanta a saúde e assistência, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.**

21- A Portaria Nº 373, de 27 de fevereiro de 2002, aprova a Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS-SUS 01/2002 que amplia as responsabilidades dos municípios na Atenção Básica; estabelece o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade; cria mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde e procede à atualização dos critérios de habilitação de estados e municípios. Entre responsabilidades e ações estratégicas mínimas de atenção básica, conforme descritas no Anexo I, estão a eliminação da hanseníase; o controle de hipertensão, de diabetes Mellitus e tuberculose; e ações de saúde:

- (A) do homem, da criança e da mulher.
- (B) do idoso, da criança e da mulher.
- (C) bucal, da criança e da mulher.**
- (D) da família, da criança e da mulher.
- (E) do idoso, da criança e da família.

22- A Portaria nº 1.061, de 18 de maio de 2020 inclui na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública a doença de Chagas crônica. Com relação a periodicidade de notificação imediata (até 24 horas) para os órgãos de saúde, marque qual doença ou agravo abaixo não necessita de notificação imediata à Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

- (A) Botulismo;
- (B) Acidente de trabalho com exposição a material biológico;**
- (C) Febre Amarela;
- (D) Febre Maculosa e outras Riquetisioses;
- (E) Leptospirose.

23- A Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências. Para a imposição da pena e a sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta as circunstâncias agravantes. Marque a alternativa que não corresponde a uma circunstância agravante.

- (A) Ser o infrator reincidente.
- (B) O infrator coagir outrem para a execução material da infração.
- (C) Ter a infração consequências calamitosas à saúde pública.
- (D) a errada compreensão da norma sanitária, admitida como excusável, quanto patente a incapacidade do agente para atender o caráter ilícito do fato.**
- (E) Ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual fraude ou má fé.

24- Segundo a lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, os produtos apreendidos pela autoridade sanitária poderão ter os seguintes destinos, EXCETO:

- (A) ser posto a leilão revertendo a renda aos órgãos públicos de assistência social.**
- (B) apreensão de produto.
- (C) inutilização de produto.
- (D) suspensão de vendas e/ou fabricação de produto.
- (E) cancelamento de registro de produto.

25- Segundo a lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, as infrações sanitárias serão apuradas no processo administrativo próprio, o qual será iniciado mediante à:

- (A) constatação de doenças ou agravos relacionados ao objeto da fiscalização sanitária.
- (B) aplicação de multa por descumprimento das normas legais.
- (C) avaliação técnica da situação por uma equipe necessariamente multiprofissional.
- (D) lavratura do auto de infração.**
- (E) aprovação da chefia imediata do fiscal sanitário frente a alguma irregularidade legal.

26- Segundo a RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, é correto afirmar que:

- (A) é dispensável a determinação da carga horária do programa de capacitação dos manipuladores.
- (B) é desnecessária a elaboração dos Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) de higienização do reservatório, quando ela for realizada por empresa terceirizada.
- (C) os serviços de alimentação devem implementar POP relacionados à higiene e à saúde dos manipuladores.**
- (D) os POPs não precisam ser aprovados pelo responsável pelo estabelecimento, desde que sejam elaborados e assinados por profissionais habilitados.
- (E) os serviços de alimentação que dispõem do Manual de Boas Práticas atualizado não precisam estabelecer Procedimentos Operacionais Padronizados.

27- Segundo a Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, publicada pela ANVISA, e que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, em relação aos Manipuladores de Alimento, é correto afirmar que:

- (A) os manipuladores que apresentarem lesões e ou sintomas de enfermidades que possam comprometer a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos devem ser afastados da atividade de preparação de alimentos enquanto persistirem essas condições de saúde.**
- (B) os manipuladores devem ter asseio pessoal, apresentando-se com uniformes compatíveis à atividade, conservados e limpos. Os uniformes devem ser trocados, no mínimo, três vezes na semana e usados exclusivamente nas dependências internas do estabelecimento. As roupas e os objetos pessoais devem ser guardados em local específico e reservado para esse fim.
- (C) os manipuladores de alimentos devem ser supervisionados e capacitados periodicamente em higiene pessoal, em manipulação higiênica dos alimentos e em doenças transmitidas por alimentos. A capacitação não necessariamente precisa ser comprovada mediante documentação.
- (D) os manipuladores devem usar cabelos presos e protegidos por redes, toucas ou outro acessório apropriado para esse fim, sendo permitido o uso de barba. As unhas devem estar curtas e sem esmalte, sendo permitido apenas base. Durante a manipulação, devem ser retirados todos os objetos de adorno pessoal e a maquiagem.
- (E) os manipuladores não devem fumar, falar desnecessariamente, espirrar, cuspir, tossir, comer, manipular dinheiro ou praticar outros atos que possam contaminar o alimento, durante o desempenho das atividades. Apenas cantar e assobiar são permitidos durante a manipulação de alimentos.

28- Com base na Resolução RDC Nº222, de 28 de março de 2018, a qual regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências, analise as afirmações abaixo e marque a alternativa INCORRETA.

- (A) Os RSS devem ser segregados no momento de sua geração, conforme classificação por Grupos, em função do risco presente.
- (B) Os sacos para acondicionamento de RSS do grupo A devem ser substituídos ao atingirem o limite de 2/3 (dois terços) de sua capacidade ou então a cada 48 (quarenta e oito) horas, independentemente do volume, visando o conforto ambiental e a segurança dos usuários e profissionais.
- (C) Os RSS do Grupo A precisam ser obrigatoriamente tratados e após o tratamento são considerados rejeitos e devem ser acondicionados em saco branco leitoso.**
- (D) Os RSS líquidos devem ser acondicionados em recipientes constituídos de material compatível com o líquido armazenado, resistentes, rígidos e estanques, com tampa que garanta a contenção do RSS e identificação.
- (E) Os RSS do Grupo D devem ser acondicionados de acordo com as orientações dos órgãos locais responsáveis pelo serviço de limpeza urbana.

29- Segundo o Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a qual define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, consideram-se bens e produtos isentos do controle e fiscalização sanitária pela Agência:

- (A) medicamentos de uso humano, suas substâncias ativas e demais insumos, processos e tecnologias.
- (B) bebidas alcoólicas.**
- (C) cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes.
- (D) imunobiológicos e suas substâncias ativas, sangue e hemoderivados.
- (E) radioisótopos para uso diagnóstico "in vivo" e radiofármacos e produtos radioativos utilizados em diagnóstico e terapia.

30- De acordo com a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT, 2012), são ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat):

- (A) Produção de protocolos, normas informativas e regulamentares para orientar as ações locais, visando à proteção e promoção da saúde dos trabalhadores por meio da melhoria dos ambientes, dos processos e das condições de trabalho.
- (B) Comunicação de risco e de educação ambiental e em saúde do trabalhador.
- (C) Recebimento e atendimento de denúncias e reclamações.
- (D) Vigilância epidemiológica dos agravos à saúde dos trabalhadores.
- (E) Todas as alternativas estão corretas.

PROVA TEÓRICA – SELEÇÃO 2019 - RESIDÊNCIA EM MEDICINA VETERINÁRIA – UFRRJ

VIGILÂNCIA E ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

QUESTÃO 01. A Lei 6437, de 20 de agosto de 1977, configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. Levando em consideração o art. 7º da referida lei são circunstâncias atenuantes, **EXCETO**:

- (A) A ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento.
- (B) Ser o infrator secundário, e a falta cometida, de natureza leve.**
- (C) Ter o infrator sofrido coação para a prática do ato.
- (D) O infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe for imputado.
- (E) A errada compreensão da norma sanitária, admitida como escusável, quanto patente a incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do fato.

QUESTÃO 02. Com relação às disposições constantes na Lei nº 9.782/1999, compete à União no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária:

- (A) Normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde.**
- (B) Definir a política regional de vigilância sanitária.
- (C) Definir o Sistema local de Vigilância Sanitária.
- (D) Exercer exclusivamente a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras.
- (E) Manter sistema de informações em vigilância sanitária, em cooperação com os países da América Latina.

QUESTÃO 03. Com relação aos Núcleos Ampliados de Apoio a Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), considere as seguintes afirmações:

- I. O NASF-AB não se constitui porta de entrada do SUS para os usuários, mas apoio às equipes de Saúde da Família.
 - II. O NASF-AB não se vincula a um número de equipes de Saúde da Família em territórios definidos, conforme sua classificação.
 - III. A equipe do NASF-AB e as equipes de Saúde da Família criarão espaços de discussões para gestão do cuidado, constituindo um processo de aprendizado coletivo.
 - IV. O NASF-AB deve ter como eixos de trabalho a responsabilização, gestão compartilhada e apoio à coordenação do cuidado, que se pretende pela Saúde da Família.
- (A) Somente a afirmativa III é verdadeira.
 - (B) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
 - (C) Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
 - (D) Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.**
 - (E) Todas as afirmativas são verdadeiras.

QUESTÃO 04. A Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para serviços de Alimentação. Com base nesta resolução, julgue as alternativas a seguir:

- I. O dimensionamento da edificação e das instalações deve ser compatível com todas as operações. Deve existir separação entre as diferentes atividades por meios físicos ou por outros meios eficazes de forma a evitar a contaminação cruzada.
- II. As aberturas externas das áreas de armazenamento e preparação de alimentos, inclusive o sistema de exaustão, devem ser providas de telas milimetradas para impedir o acesso de vetores e pragas urbanas. As telas não precisam ser removíveis, desde que seja possível a limpeza periódica.
- III. A iluminação da área de preparação deve proporcionar a visualização de forma que as atividades sejam realizadas sem comprometer a higiene e as características sensoriais dos alimentos. As luminárias localizadas sobre a área de preparação dos alimentos devem ser apropriadas e estar protegidas contra explosão e quedas acidentais.
- IV. Devem ser realizadas manutenção programada e periódica dos equipamentos e utensílios e calibração dos instrumentos ou equipamentos de medição, mantendo registro da realização dessas operações.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas:

- (A) I, II e IV
- (B) I, II e III
- (C) I, III e IV**
- (D) II, III e IV
- (E) Todas as afirmativas são verdadeiras.

QUESTÃO 05. Com base no Guia de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (BRASIL, 2017) as medidas de vigilância para dengue, chikungunya e zika juntamente com as medidas de prevenção e controle vetorial são fundamentais para o controle dessas doenças. O vetor é o único elo vulnerável da cadeia de transmissão dessas doenças, de forma que o controle da incidência está centrado na redução da densidade de infestação pelo Aedes. Assim como na vigilância, medidas diferenciadas de prevenção e controle vetorial devem ser adotadas conforme a situação epidemiológica.

Dessa forma, marque a alternativa abaixo que não é indicada para períodos epidêmicos:

- (A) Intensificação das ações de rotina e delimitação de quarteirões a serem trabalhados dentro da área de transmissão;
- (B) Realização de atividades de eliminação mecânica e tratamento de criadouros, redução de pendências, e bloqueio focal nas áreas delimitadas com o objetivo de trabalhar cada área em, no máximo, uma semana;
- (C) Em municípios infestados, as atividades de vigilância entomológica devem ser executadas rotineiramente, em toda a área urbana do município, com a finalidade de levantar os índices larvários, com vistas ao monitoramento das ações realizadas e possíveis redirecionamentos necessários;**
- (D) Realização de mutirão de limpeza com a comunidade e serviços de limpeza urbana na área delimitada;
- (E) Fortalecimento das ações integradas com as equipes de saúde locais (se existentes) da área delimitada, definindo atribuições específicas de atuação.

QUESTÃO 06. A Lei Federal nº 8080/90 define o conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, compartilhadas pela União, Estados e Municípios. Essas ações competem à:

- (A) Vigilância Ambiental;
- (B) Vigilância Sanitária;
- (C) Vigilância Epidemiológica;**
- (D) Vigilância em Zoonoses;
- (E) Vigilância em Saúde.

QUESTÃO 07. O requisito básico para programar e contratar serviços assistenciais e para realizar o controle da regularidade dos faturamentos, segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde (NOB-96), é o cadastro completo e atualizado das:

- (A) Comissões Intergestoras e dos Conselhos Municipais;
- (B) Comissões Intergestoras Bipartite (CIB);
- (C) Atividades de saúde do município;
- (D) Unidades Prestadoras de Serviços de Saúde (UPS);**
- (E) Comissões Intergestoras Tripartite (CIT).

QUESTÃO 08. De acordo com a Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990, entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo:

- I - Avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde;
- II - Informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;
- III- Revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais;
- IV - A garantia ao sindicato dos trabalhadores requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores.
- V- Participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.

Sendo assim, está correto afirmar que:

- (A) Todas as assertivas estão corretas.**
- (B) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- (E) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 09. Ainda de acordo com a lei nº 8080 de 1990, compete à direção municipal do Sistema Único da Saúde (SUS):

- I - Planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde;
 - II - Participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com sua direção estadual;
 - III - Participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;
 - IV - Coordenar e executar serviços de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, de alimentação e nutrição, de saneamento básico e de saúde do trabalhador;
 - V - Colaborar na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes, para controlá-las;
- (A) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 (B) As assertivas II, III, IV e V estão corretas.
 (C) As assertivas I, II, III e V estão corretas.
 (D) As assertivas I, II, IV e V estão corretas.
 (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 10. As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:

- I - Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
 - II - Integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
 - III - Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;
 - IV - Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
 - V - Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
- Sendo assim, podemos afirmar que:
- (A) Somente a assertiva III está incorreta.
 (B) Somente as assertivas III e V estão incorretas.
 (C) Somente a assertiva V está incorreta.
 (D) Somente as assertivas II e V estão incorretas.
 (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 11. O Pacto pela Vida está constituído por um conjunto de compromissos sanitários, expressos em objetivos de processos e resultados e derivados da análise da situação de saúde do País e das prioridades definidas pelos governos federal, estaduais e municipais. As prioridades do PACTO PELA VIDA são:

- I - Implantar a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, buscando a atenção integral.
 - II - Contribuir para a redução da mortalidade por câncer de colo do útero e de mama.
 - III - Reduzir a mortalidade materna, infantil neonatal, infantil por doença diarreica e por pneumonias.
 - IV - Fortalecer a capacidade de resposta do sistema de saúde às doenças crônico-degenerativas.
 - V - Elaborar e implantar a Política Nacional de Promoção da Saúde, com ênfase na adoção de hábitos saudáveis por parte da população brasileira, de forma a internalizar a responsabilidade individual da prática de atividade física regular alimentação saudável e combate ao tabagismo.
 - VI - Consolidar e qualificar a estratégia da Saúde da Família como modelo de atenção básica à saúde e como centro ordenador das redes de atenção à saúde do SUS.
- (A) As assertivas I, II, IV, V e VI estão corretas.
 (B) As assertivas II, III e VI estão corretas.
 (C) As assertivas I, II, III, V e VI estão corretas.
 (D) As assertivas II, III, IV e VI estão corretas.
 (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 12. De acordo com a Lei nº 8080 de 1990, estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

- I - A ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde;
 - II - A vigilância nutricional e a orientação alimentar;
 - III - A colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho;
 - IV - O incremento, em sua área de atuação, do desenvolvimento científico e tecnológico;
 - V - A formulação e execução da política de sangue e seus derivados.
- (A) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 (B) As assertivas II, III, IV e V estão corretas.
 (C) As assertivas I, III, IV e V estão corretas.
 (D) As assertivas II, III, IV estão corretas.
 (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 13. Segundo o Art. 3º da Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016, a notificação compulsória é obrigatória para os médicos, outros profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde, que prestam assistência ao paciente, em conformidade com o art. 8º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.

Sobre esse tema marque a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A notificação compulsória será realizada diante da suspeita ou confirmação de doença ou agravo, de acordo com o estabelecido na portaria, observando-se, também, as normas técnicas estabelecidas pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.
- (B) A comunicação de doença, agravo ou evento de saúde pública de notificação compulsória à autoridade de saúde competente também será realizada pelos responsáveis por estabelecimentos públicos ou privados educacionais, de cuidado coletivo, além de serviços de hemoterapia, unidades laboratoriais e instituições de pesquisa.
- (C) A notificação compulsória imediata deve ser realizada pelo profissional de saúde ou responsável pelo serviço assistencial que prestar o primeiro atendimento ao paciente, em até 24 (vinte e quatro) horas desse atendimento, pelo meio mais rápido disponível.
- (D) A notificação compulsória semanal será feita à Secretaria de Saúde do Município do local de atendimento do paciente com suspeita ou confirmação de doença ou agravo de notificação compulsória.
- (E) A notificação compulsória, dependendo da forma como realizada, não será registrada em sistema de informação em saúde e seguirá o fluxo de compartilhamento entre as esferas de gestão do SUS.

QUESTÃO 14. Segundo a Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016 do Ministério da Saúde assinale dentre as alternativas abaixo as doenças ou agravos que são de notificação compulsória imediata.

- (A) Botulismo, Febre Amarela e Febre de Chikungunya.
- (B) Hantavirose, Hanseníase e Raiva Humana.
- (C) Tuberculose, Leishmaniose Visceral e Raiva Humana.
- (D) Acidente por animal peçonhento, Raiva Humana e Leptospirose.
- (E) Hepatites Virais, Dengue – Óbitos e Cólera.

QUESTÃO 15. De acordo com Resolução-RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 da ANVISA/MS, são consideradas boas práticas para serviços de alimentação:

- I. O gelo para utilização em alimentos deve ser fabricado a partir de água potável, mantido em condição higiênico-sanitária que evite sua contaminação.
- II. O estabelecimento deve dispor de recipientes identificados e íntegros, de fácil higienização e transporte, em número e capacidade suficientes para conter os resíduos.
- III. Os manipuladores não devem fumar, falar desnecessariamente, cantar, assobiar, espirrar, cuspir, tossir, comer, manipular dinheiro ou praticar outros atos que possam contaminar o alimento, durante o desempenho das atividades.
- IV. Os funcionários que manipulam alimentos crus não devem manusear alimentos preparados.
- V. Os utensílios utilizados na consumação do alimento, tais como pratos, copos, talheres, devem ser descartáveis ou, quando feitos de material não-descartável, devidamente higienizados, sendo armazenados em local protegido.

As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

- (B) As assertivas II, III, IV e V estão corretas.
- (C) As assertivas I, II, III e V estão corretas.
- (D) As assertivas II, III, IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 16. Segundo o Manual de Prevenção, Vigilância e Controle de Zoonoses, são consideradas medidas de educação em saúde para a prevenção de doenças transmitidas por roedores:

- I- Inspeção regular de telhados e forros, de forma a constatar a presença de telhas levantadas e/ou partidas ou vãos que necessitem de reparação, pelos quais os roedores possam passar;
- II- Substituir ralos comuns por ralos com sistema abre e fecha (escamoteável), ou telá-los com telas ou redes metálicas com malha inferior a 6 mm. Os ralos devem ser mantidos fechados;
- III- Efetuar limpeza das áreas de manipulação e de consumo de alimentos pelo menos três vezes por semana;
- IV- Alimentar animais domésticos durante o dia e retirar as sobras de alimento antes do anoitecer;
- V- Evitar que o lixo seja acessado pelo roedor, dispondo lixeiras em quantidade suficiente para a demanda; estas devem ser mantidas tampadas, sem ultrapassar sua capacidade de armazenamento, quer estejam no interior ou no exterior das edificações.

- (A) As assertivas I, II e III estão corretas.
- (B) As assertivas II, III, IV e V estão corretas.
- (C) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- (D) As assertivas I, II, IV e V estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 17. O Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses (MVPCZ) (BRASIL, 2016) define as normas técnicas que nortearão as ações e os serviços públicos de saúde a serem desenvolvidos e executados no Brasil para a prevenção, a proteção e a promoção da saúde humana, quando do envolvimento de riscos de transmissão de zoonoses e de ocorrência de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública; já a Portaria nº 204/2016, define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública (BRASIL, 2016). No contexto do teor desses documentos, considere a Leishmaniose Visceral Americana (LVA). Com relação a essa zoonose, o MVPCZ e a Port. 204/2016, recomendam, respectivamente que:

- (A) Cães com diagnóstico positivo para LVC devem ser monitorados até o final do tratamento; a doença humana está classificada como de notificação imediata;
- (B) Cães com diagnóstico positivo para LVC devem ser eutanasiados; a doença humana está classificada como de notificação imediata;
- (C) Cães com diagnóstico positivo para LVC devem ser monitorados até o final do tratamento; a doença humana está classificada como de notificação não imediata;
- (D) Cães com diagnóstico positivo para LVC devem ser eutanasiados; a doença humana está classificada como de notificação não imediata;**
- (E) No GVS não há recomendação para cães com diagnóstico positivo para LVC, porque já existe tratamento disponível no mercado; a doença humana está classificada como de notificação imediata;

QUESTÃO 18. O Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses (MVPCZ) (BRASIL, 2016) define as normas técnicas que nortearão as ações e os serviços públicos de saúde a serem desenvolvidos e executados no Brasil para a prevenção, a proteção e a promoção da saúde humana, quando do envolvimento de riscos de transmissão de zoonoses e de ocorrência de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. Com relação à apreensão de animais, o MVPCZ determina que:

- (A) Todos os animais encontrados soltos em vias e locais públicos deverão ser recolhidos e encaminhados à Unidade de Vigilância de Zoonoses (UVZ) do município;
- (B) Somente animais comprovadamente portadores de zoonose ou agressores deverão ser recolhidos de vias e locais públicos e encaminhados à UVZ do município;
- (C) Nenhum animal deverá ser recolhido de vias e locais públicos, em decorrência de legislação protetora de bem-estar animal, a qual proíbe esse tipo de procedimento;
- (D) A UVZ é obrigada a receber todo e qualquer animal que lhe seja encaminhado, independentemente do que motivou tal encaminhamento;
- (E) O recolhimento de animais pela Unidade de Vigilância de Zoonoses (UVZ) deve ser efetuado de maneira seletiva, considerando a situação epidemiológica local e a saúde da população humana.**

QUESTÃO 19. Em relação à Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA (RDC nº 222 de 28 de março de 2018), que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências, está **INCORRETA** a opção:

- (A) A Resolução aplica-se aos geradores de resíduos de saúde humana e animal, públicos e privados, incluindo os de ensino e pesquisa.
- (B) O Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde (PGRS) é disponibilizado para “download” na página da ANVISA.**
- (C) Os serviços que geram resíduos radioativos deverão contar com profissional registrado pela CNEM (Comissão Nacional de Energia Nuclear).
- (D) Os cadáveres de animais podem ter acondicionamento e transporte diferenciados, de acordo com o porte do animal, desde que submetidos à aprovação pelo órgão de limpeza urbana responsável pela coleta, transporte e destinação final.
- (E) Resíduos classificados como do Grupo A são aqueles que potencialmente podem estar contaminados com agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção.

QUESTÃO 20. O Sistema Único de Saúde (SUS), segundo a Lei nº 8.142/1990, contará, em cada esfera de governo, com as seguintes instâncias colegiadas:

- (A) Conferência de Saúde e Conselho de Saúde**
- (B) Conferência de Saúde e Comissão de Saúde
- (C) Conselho de Saúde e Comissão de Saúde
- (D) Conferência de Saúde e Central de Saúde
- (E) Central de Saúde e Conselho de Saúde

QUESTÃO 21. De acordo com a Lei nº 8080, de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), são objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS):

- I - A identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;
- II - A formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a garantia do direito à saúde;
- III - A assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Está(ão) **CORRETO(S)** o(s) item(ns):

- (A) Somente o item I está correto
- (B) Os itens I e II estão corretos
- (C) Os itens I e III estão corretos
- (D) Os itens II e III estão corretos
- (E) Todos os três itens estão corretos

QUESTÃO 22. O setor responsável, no Ministério da Saúde, pela informação e gerenciamento de emergências em saúde pública é:

- (A) Vigilância Ambiental de Desastres - Vigidesastres
- (B) Centro de Controle de Zoonoses - CCZ
- (C) Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde - CIEVS
- (D) Defesa Civil Federal - DCF
- (E) Delegacia Nacional do Corpo de Bombeiros - DNC

QUESTÃO 23. A Lei nº 6437, de 20 de agosto de 1977 configura as infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas. As seguintes penalidades são previstas, **EXCETO**:

- (A) Advertência, multa.
- (B) Apreensão de produto, interdição do produto.
- (C) Inutilização do produto, cancelamento de registro de produto.
- (D) Interdição parcial ou total do estabelecimento, prisão do infrator.
- (E) Suspensão de venda do produto, suspensão de fabricação do produto.

QUESTÃO 24. A Lei nº 6437, de 20 de agosto de 1977 configura as infrações à legislação sanitária federal e classifica as infrações sanitárias. Sobre a classificação das infrações, analise as assertivas a seguir:

- I - As infrações são classificadas como Leves, Moderadas, Graves e Gravíssimas.
- II - Na classificação das infrações sanitárias são previstas circunstâncias atenuantes e agravantes.
- III - Entre as circunstâncias atenuantes, está a errada compreensão da norma e entre as circunstâncias agravantes ter o infrator coagido outrem para a execução material da infração.

Está(ão) **CORRETA(S)** a(s) assertiva(s):

- (A) I, II e III
- (B) I e III
- (C) I e II
- (D) II e III
- (E) Somente a assertiva I está correta

QUESTÃO 25. A Portaria do Ministério da Saúde nº 2436/2017 aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e revisa suas diretrizes. No âmbito dessa Portaria, está **INCORRETO** afirmar:

- (A) A PNAB tem na Saúde da Família sua estratégia prioritária para expansão e consolidação da Atenção Básica.
- (B) A Unidade Básica de Saúde é uma das portas de entrada no Sistema Único de Saúde, embora as portas de entrada preferenciais sejam as UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) e os prontos-socorros.
- (C) Entre as diretrizes da Atenção Básica estão a Territorialização e a Adscrição dos usuários.
- (D) Diferentes equipes poderão atuar na Atenção Básica: a equipe de Saúde da Família (eSF), equipe de Atenção Básica (eAB), equipe de Saúde Bucal (eSB) e o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB).
- (E) Todos os membros das equipes que atuam na Atenção Básica têm como atribuição de participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação.

QUESTÃO 26. Sobre a Atenção Básica, é fundamental que esta atue de forma integrada com a Vigilância em Saúde, que é um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise e disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde, visando ao planejamento e a implementação de medidas de saúde pública para a proteção da saúde da população, a prevenção e controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção da saúde.

Neste contexto, analise as assertivas a seguir:

- I - As ações de Vigilância em Saúde estão inseridas nas atribuições de todos os profissionais da Atenção Básica.
- II - As equipes de Atenção Básica deverão manter, sistematicamente, a vigilância da situação de saúde da população, com análises que subsidiem o planejamento, estabelecimento de prioridades e estratégias, monitoramento e avaliação das ações de saúde pública;
- III – Não estão incluídas na Atenção Básica a vigilância das violências e acidentes por se tratarem de temas muito específicos de outros níveis de complexidade.

Está(ão) **CORRETA(S)** a(s) assertiva(s):

- (A) As assertivas I e II estão corretas.
- (B) As assertivas II e III estão corretas.
- (C) As assertivas I e III estão corretas.
- (D) Todas as assertivas estão corretas.
- (E) Somente a assertiva II está correta.

QUESTÃO 27. A Febre Amarela é uma doença de transmissão vetorial e gravidade considerável. Desde final de 2016 e durante o ano de 2017 a doença ocorreu de forma preocupante na Região Sudeste do país. Um dos principais eixos do Programa de Vigilância da Febre Amarela é detectar se existe circulação viral em regiões de interesse, por meio da vigilância de epizootias em primatas não humanos (PNHs), de modo a orientar as medidas de prevenção em humanos. Com base nas características levantadas na vigilância em PNHs, as epizootias são classificadas. Uma das categorias é aquela em que ocorre morte de macaco, constatada em investigação local, com coleta de amostras do animal objeto da notificação ou com coleta de amostras secundárias na investigação (amostras de primatas remanescentes da área, contactantes do animal doente ou morto)'. Essa categoria é classificada como:

- (A) Epizootia indeterminada para febre amarela
- (B) Epizootia em investigação para febre amarela
- (C) Epizootia confirmada para febre amarela
- (D) Epizootia descartada para febre amarela
- (E) Não existe tal classificação, uma vez que toda epizootia obrigatoriamente só pode ser descartada ou confirmada.

QUESTÃO 28. A Raiva é uma antropozoonose conhecida há mais de 5.000 anos; causada por um vírus e com letalidade aproximada de 100%. A respeito desta importante zoonose está **INCORRETO** afirmar que:

- (A) O período de incubação é extremamente variável, desde dias até anos, com uma média de 45 dias no homem. Em crianças, o período de incubação tende a ser menor.
- (B) O período de incubação está diretamente relacionado à localização, extensão e profundidade da mordedura, arranhadura, lambedura ou contato com a saliva de animais infectados; distância entre o local do ferimento, do cérebro e troncos nervosos; concentração de partículas virais inoculadas e cepa viral.
- (C) O período de transmissibilidade no cão varia de uma semana a 45 dias.
- (D) O período de incubação em quirópteros é prolongado, mas não se sabe sua duração.
- (E) Todos os mamíferos são suscetíveis à infecção pelo vírus rábico.

QUESTÃO 29. A resolução RDC/ANVISA nº 222/2018, que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, determina que seu gerenciamento seja realizado segundo critérios técnicos, normativos e legais. Nesse contexto, analise as assertivas a seguir:

- I - Os resíduos de serviços de saúde (RSS) devem ser segregados no momento de sua geração, conforme sua classificação por grupos.
- II - Os resíduos químicos e os resíduos perfurocortantes são classificados como sendo do Grupo B e Grupo D, respectivamente.
- III- Os RSS de fácil putrefação devem ser submetidos a método de conservação em caso de armazenamento em período superior a 24 horas.
- IV - Os RSS que não apresentam risco biológico, químico ou radiológico podem ser encaminhados para reciclagem, recuperação, reutilização, compostagem, aproveitamento energético ou logística reversa.

Está(ão) **CORRETA(S)** a(s) assertiva(s):

- (A) Todas as assertivas estão corretas
- (B) As assertivas I, III e IV estão corretas
- (C) As assertivas I, II e III estão corretas
- (D) As assertivas II, III e IV estão corretas
- (E) As assertivas I e IV estão corretas

QUESTÃO 30. O Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses (BRASIL, 2016) estabelece a Inspeção Zoossanitária como um procedimento de relevância em saúde pública. Sobre essa inspeção, está **INCORRETO** afirmar:

- (A) As atividades da inspeção zoossanitária são de caráter obrigatório num programa de vigilância, prevenção e controle de doenças ou acidentes causados por animais.
- (B) As inspeções zoossanitárias têm por objetivo avaliar o risco de transmissão de zoonoses ou de ocorrência de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública.
- (C) Sempre que necessário, o órgão de segurança pública pode ser acionado para solicitar acompanhamento dos profissionais responsáveis pela inspeção zoossanitária.
- (D) Abate de animais e acumuladores de animais são exemplos de situações nas quais deve ser realizada inspeção zoossanitária.
- (E) Sempre que a situação envolver as espécies canina e felina, deverá ser solicitado comprovante da vacinação antirrábica